

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016**

**1 - Apresentação**

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda (MF) que fornece soluções de segurança nos segmentos de meio circulante, passaporte, selos postais, controle fiscal e outros que sejam compatíveis com suas atividades como a comercialização de moedas comemorativas.

Fundada em 8 de março de 1694, a CMB conta hoje com um parque industrial atualizado tecnologicamente e dimensionado para suprir plenamente o meio circulante e a demanda de passaportes nacionais, podendo eventualmente atuar no mercado internacional. Ademais, a empresa está se estruturando para atender aos segmentos de documentos de identificação e controle fiscal.

O ano de 2016 foi marcado pela participação da Casa da Moeda como fornecedora oficial de medalhas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. O escopo e as especificações do projeto olímpico representaram um grande desafio, que exigiu soluções inovadoras em design, materiais e manufatura.

A CMB foi presidida nesse período por três executivos: Maurício Visconti Luz, até abril, Lara Caracciolo Amorelli, interina até julho, e, desde então, Alexandre Borges Cabral. A gestão enfrentou grandes desafios, principalmente provenientes de fatores externos, e mobilizou toda a empresa para superá-los.

**2 - Gestão Estratégica e Orçamentária**

Com o intuito de conduzir a empresa rumo a sua Visão de Futuro, o Plano Estratégico foi atualizado a partir da análise do cenário empresarial realizada por meio da ferramenta SWOT. Nesse sentido, foram identificadas as forças mais atuantes, as fraquezas mais prejudiciais, as oportunidades mais acessíveis e as ameaças mais impactantes. Em seguida, foi realizada uma análise estratégica a partir do cruzamento desses fatores.

O Conselho de Administração (CONSAD) aprovou no dia 6 de dezembro de 2016 o Plano Estratégico da CMB para o período 2017-2022 com análise de riscos e oportunidades. Dessa forma, a empresa está alinhada aos padrões de governança estabelecidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 no que se refere a sua estratégia.

**Direcionadores Estratégicos**

A Casa da Moeda do Brasil é a empresa do Estado Brasileiro que tem por:

**Missão:** Prover soluções de segurança nos segmentos de meio circulante, passaporte, selos postais, controle fiscal e outros que sejam compatíveis com suas atividades.

**Visão:** Ser competitiva e reconhecida por agregar segurança com tecnologia de ponta em seus produtos e serviços.

**Valores:** Ética, transparência, atitude para resultados, qualidade, inovação, sustentabilidade, comprometimento e integração das equipes.

**Mapa Estratégico**

O Mapa Estratégico organiza a estratégia em objetivos segundo quatro perspectivas que representam os fatores-chave para uma visão ampliada e clara da estratégia. A ferramenta é a base da metodologia de gestão estratégica conhecida como Balanced Scorecard (BSC).



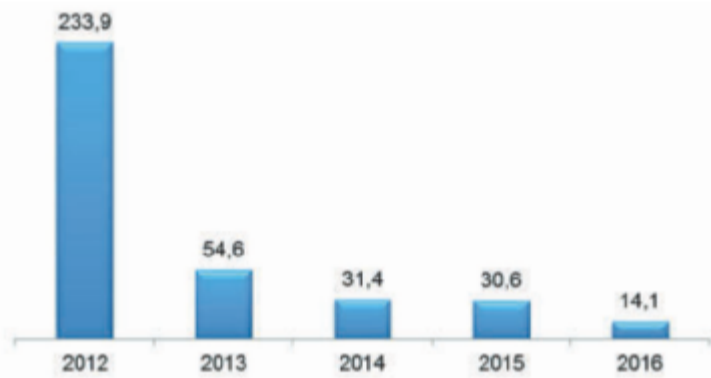
A CMB está desdobrando a estratégia para o alcance dos objetivos do Mapa e da Visão de Futuro. O acompanhamento da estratégia ocorrerá por meio das Reuniões de Análise da Estratégia de acordo com a Metodologia de Gestão Estratégica (MGE) da empresa.

Nesse sentido, estão sendo tomadas iniciativas visando o aumento da receita e a redução de despesas, com destaque para: desenvolvimento e implementação da solução de controle e rastreabilidade e de documento de identificação nacional; lançamento de Programa de Demissão Voluntária (PDV); e a readequação da estrutura da empresa.

**Investimentos**

A execução orçamentária da Casa da Moeda em 2016 foi de R\$ 14,1 milhões. A diferença em relação ao ano anterior decorre, primordialmente, de fatores externos ocorridos no segundo semestre que demandaram uma atitude conservadora no sentido de investir apenas no que se mostrava fundamental para a manutenção das atividades da empresa, conforme detalhado mais adiante.

**Desempenho dos Investimentos (R\$ milhões)**



Merece destaque a aquisição de equipamento para colorir automaticamente moedas e medalhas comemorativas, bem como produtos metalúrgicos de fabricação própria, permitindo a criação de projetos artísticos inovadores, alinhados com a tendência mundial na fabricação desses produtos.

Ademais, a CMB modernizou todo o seu parque computacional por meio da aquisição de cerca de 1.500 equipamentos, incluindo aqueles voltados ao desenvolvimento de projetos gráficos de segurança.

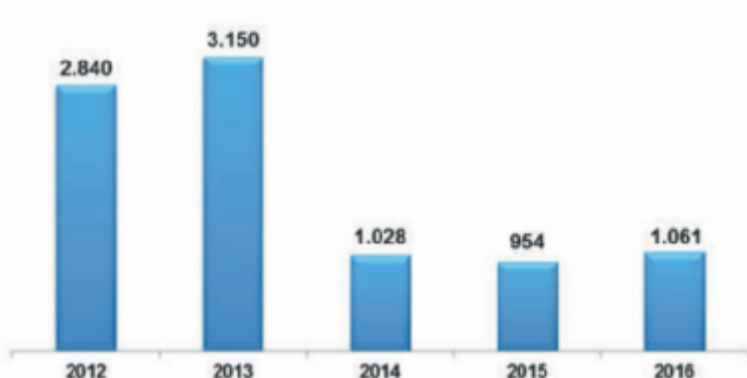
**3 - Desempenho Operacional**

**Cédulas e Moedas**

O parque fabril da CMB, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, tem capacidade instalada para produzir aproximadamente 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas por ano operando em três turnos de trabalho. O processo envolve profissionais das áreas de produção, técnica, engenharia de produto e design, tendo sempre como finalidade entregar produtos e serviços com alta qualidade e tecnologia atualizada.

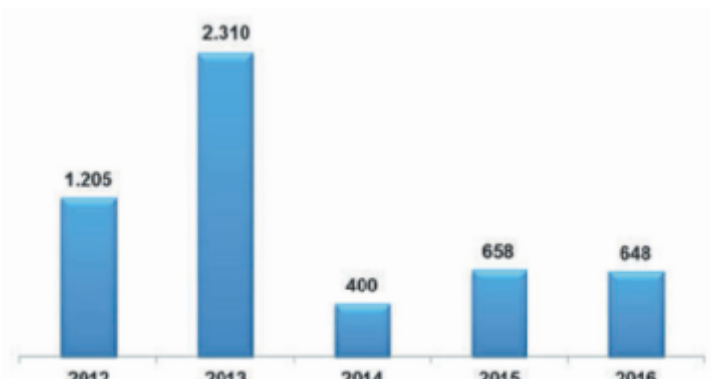
O contrato com o Banco Central, assinado em maio de 2016, contemplou, inicialmente, o fornecimento de 1,05 bilhão de cédulas. Em razão do término do período de garantia do maquinário, a CMB empreendeu esforços junto a seus fornecedores para a celebração de contratos de manutenção, o que permitiu produzir integralmente o quantitativo contratado para o ano e o adicional de 11,5 milhões de unidades em cerca de seis meses.

**Produção de Cédulas (em milhões)**



Na fabricação de moedas, também foi alcançado o índice de realização de 100% do quantitativo contratado, com excedente na ordem de 48 milhões, totalizando uma produção anual de 648 milhões de moedas.

**Produção de Moedas (em milhões)**



A CMB mantém anualmente negociações com o Banco Central com o objetivo de firmar contratos para o fornecimento de cédulas e moedas que assegurem previsibilidade quanto ao atendimento da demanda por meio circulante. Essa necessidade foi reforçada com a entrada em vigor, em setembro de 2016, da Medida Provisória nº 745, sancionada como lei em fevereiro de 2017, que autorizou o Banco Central a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.

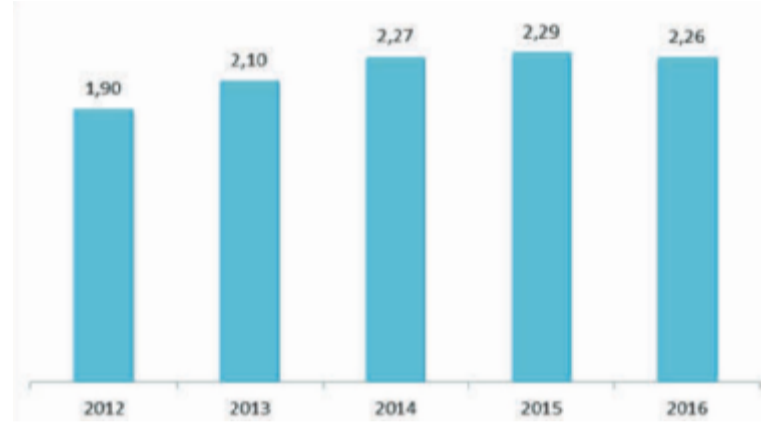
A estrutura da Casa da Moeda possibilita ao Banco Central flexibilizar o mix de produtos por denominação e considera a sua capacidade de armazenamento para a custódia de cédulas e moedas, sem custos de estocagem ou imobilização de capital.

Em relação à atuação da CMB no mercado externo, a CMB auferiu, aproximadamente, US\$ 4 milhões, relativos à produção de matrizes e cédulas para a Argentina, com perspectiva de novos pedidos.

**Passaportes e demais impressos**

Em 2016, a demanda por passaportes foi de 2,26 milhões de unidades, caracterizando uma tendência de estabilidade, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**Quantidade Vendida de Passaportes (em milhões)**



A Casa da Moeda envidou todos os esforços para superar os efeitos gerados pela interrupção da produção de passaporte por duas semanas em 2016. Nesse sentido, reparou equipamento de perfuração e regularizou o estoque de insumos. Em outubro, o prazo de entrega do passaporte foi normalizado.

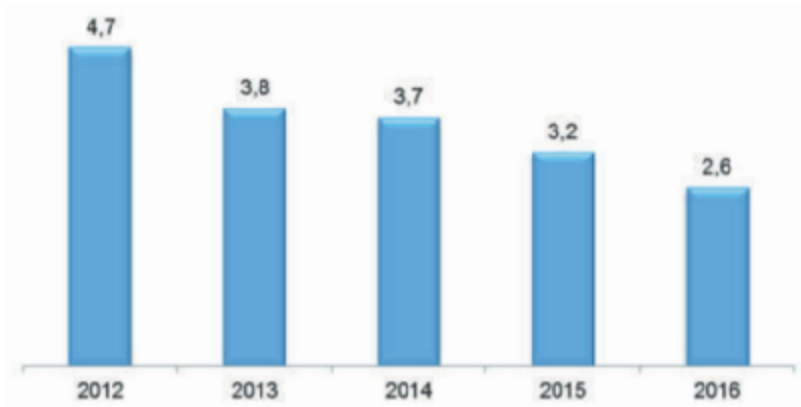
Em função de seus recursos tecnológicos e compromisso com a confidencialidade de dados, a CMB foi escolhida para fornecer aos cartórios o formulário para emissão da Apostila da Haia, que conta com sistema para controle das remessas às serventias em todo o território nacional.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o responsável por coordenar e regulamentar a aplicação da Convenção da Apostila da Haia no Brasil, que entrou em vigor em agosto de 2016. O documento consiste em um certificado utilizado em âmbito internacional como facilitador de transações comerciais e jurídicas, por consolidar informações necessárias para conferir validade a um documento público em outro país signatário do tratado. Em cinco meses a empresa produziu cerca de 900 mil apostilas.

**Selos Rastreáveis**

Em 2016, a quantidade de cigarros controlada pelo Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) foi de 2,6 bilhões, acompanhando a tendência mundial de redução do uso de tabagíferos.

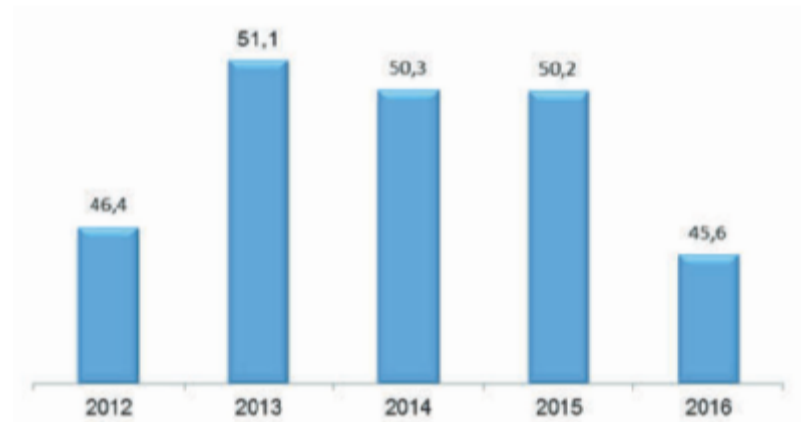
**Quantidade controlada de cigarros – Scorpios (em bilhões)**



Com o intuito de deter a tecnologia para a prestação de serviços de controle e rastreamento da produção de cigarros, a CMB desenhou um novo modelo de contratação de forma a permitir a ampliação da competição e a internalização da tecnologia. Onze empresas compareceram à sessão pública, no entanto, a licitação encontra-se suspensa por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Casa da Moeda vem atuando junto àquele Tribunal visando possibilitar a continuidade do processo licitatório.

Em relação ao Sistema de Controle da Produção de Bebidas (Sicobe), foram controlados 45,6 bilhões de unidades em 2016. O gráfico a seguir representa a evolução do controle de bebidas desde 2012.

**Quantidade controlada de bebidas – Sicobe (em bilhões)**



Coincidindo com o final de vigência do contrato do Sicobe, a Receita Federal do Brasil (RFB) publicou o Ato Declaratório Executivo COFIS nº 75, de 17 de outubro de 2016 (ADE-75/2016), desobrigando os estabelecimentos industriais envasadores de bebidas da utilização do Sicobe a partir de 13 de dezembro de 2016. Por outro lado, a CMB já vinha atuando junto à Receita Federal para desenvolver uma solução própria para atender à determinação de adotar providências para simplificar os módulos do Sicobe e reduzir o custo do sistema.

Para tanto, foi construído um ambiente de desenvolvimento e testes que simula a operação da solução da CMB em uma linha de produção de bebidas. Por solicitação da Receita Federal, foram realizados testes-piloto em duas envasadoras, sendo o último em linhas de maior velocidade. Dessa forma, após a necessária homologação da RFB, o início da implantação da solução está previsto para o segundo semestre de 2017.

**Selos Físicos**

A CMB desenvolveu ao longo de 2016 um sistema gerencial que viabilizará a logística de recepção das demandas dos contribuintes por selos físicos de controle de arrecadação fiscal aplicados em produtos como cigarros, bebidas quentes e relógios.

Em 2015 a RFB deixou de contratar a CMB para a produção e entrega desses produtos às Delegacias Regionais, em consonância com a Lei nº 12.995, 18 de junho de 2014. Os valores instituídos para os selos de controle passaram a ser destinados diretamente à Casa da Moeda pelos contribuintes, pessoas jurídicas obrigadas pela RFB à utilização dos selos de controle.

O fornecimento direto possibilitará à Casa da Moeda entender de forma mais detalhada as necessidades dos contribuintes e atuar na adequação dos produtos, bem como no desenvolvimento de novos negócios.

**4 - Desempenho Econômico-Financeiro**

O exercício de 2016 se caracterizou pela instabilidade dos valores econômico-financeiros em virtude da retenção de 30% das receitas provenientes do Sicobe e do Scorpios por conta da publicação da Emenda Constitucional nº 93. O valor total retido em 2016 foi de cerca de R\$ 500 milhões, fato que impactou o fluxo de caixa da empresa.

Entretanto, após manifestações de diversos órgãos internos da Administração Direta, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu parecer ressaltando que a empresa deveria ser ressarcida dos gastos com as atividades que subsidiam a União no exercício do poder de polícia. A partir de então, a CMB vem adotando medidas para buscar o ressarcimento dos gastos que incorreram na execução das atividades afetadas ao Sicobe e Scorpios.

**Evolução do Faturamento Bruto (em milhões)**

Faturamento Bruto	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Produtos</b>	970,40	1.290,75	401,15	542,90	529,25
<b>Serviços</b>	1.756,20	1.693,78	1.763,48	1.868,82	1.879,21
<b>Total</b>	2.726,60	2.984,52	2.164,67	2.411,51	2.408,46

O resultado do exercício de 2016 registra um lucro líquido de R\$ 60,2 milhões (80,6% menor que no exercício anterior), consignando uma lucratividade final de 2,5% (contra 12,9% do ano anterior).

**Lucro Líquido e Lucratividade**



A rentabilidade do patrimônio líquido médio foi de 1,9%. Já a Receita Líquida das Vendas de Produtos e Serviços atingiu o montante acumulado de R\$ 2,4 bilhões, cerca de R\$ 200 milhões abaixo do estimado, influenciado pelas retenções decorrentes da EC nº 93.

Em contrapartida, o valor do Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (CPV) teve seu reconhecimento integral ao longo do período, acarretando um descasamento com o valor da receita gerada. O montante alcançou o patamar de R\$ 1.866,7 milhões (aumento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano anterior), passando a representar 77,7% da Receita Líquida (67,6% no exercício anterior).

Em virtude da disparidade apresentada, o Lucro Bruto Operacional totalizou R\$ 536,9 milhões, o que representou uma redução de 31,1% comparativamente ao ano anterior.

Com relação ao faturamento de cédulas e moedas para Banco Central, houve um aumento de 21,2% no seu valor total, sendo R\$ 279,6 milhões com as cédulas nacionais e de R\$ 224,7 milhões com as moedas nacionais.

A produção de passaportes para a Polícia Federal gerou um faturamento de R\$ 141,1 milhões (9,2% maior que no exercício anterior).

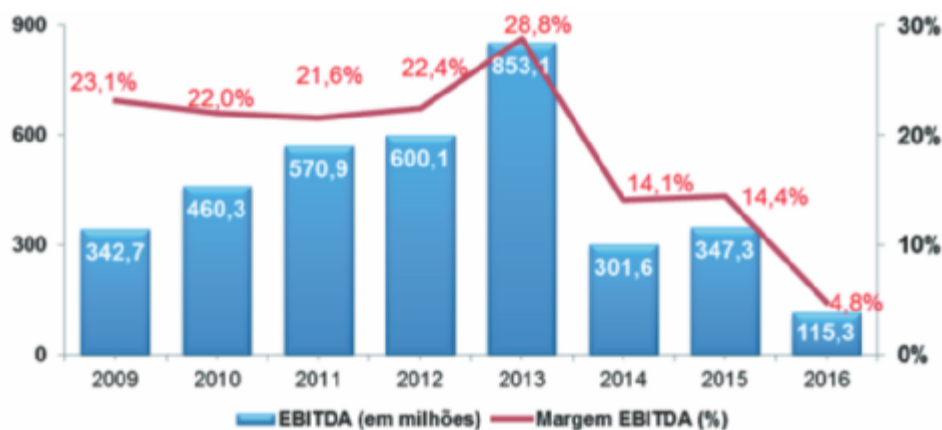
As Despesas Operacionais se mantiveram estáveis em comparação com o exercício anterior, totalizando R\$ 496,4 milhões, o que representa 20,7% da Receita Líquida do exercício.

#### Composição da Demonstração de Resultado (em R\$ milhões)



No que tange à capacidade de geração de caixa operacional apurada pelo EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), atingiu-se o montante de R\$ 115,3 milhões (redução de R\$ 232 milhões em relação ao ano anterior), consignando margem EBITDA de 4,8% em 2016 contra 14,4% em 2015.

#### EBITDA e Margem EBITDA



#### 5 - Rio 2016

A Casa da Moeda foi a fornecedora oficial de medalhas de premiação e de participação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Ao todo, foram produzidas 5.130 medalhas de premiação, sendo 2.488 Olímpicas e 2.642 Paralímpicas; e 93.754 de participação, sendo 70.698 Olímpicas e 23.056 Paralímpicas, além de uma série de 36 moedas comemorativas, cujos primeiros modelos foram lançados em 2014.

Nos Jogos mais sustentáveis da história, alguns dos requisitos exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) na produção dos produtos Olímpicos e Paralímpicos pela Casa da Moeda foram a utilização: de, pelo menos, 30% de metal reciclado na produção das medalhas; de ouro proveniente de jazidas que não empregam mercúrio no processo de extração; e de, no mínimo, 50% de material reciclado de garrafas PET das fitas das medalhas.

Além disso, pela primeira vez, um dispositivo interno com esferas de aço que emite sons metálicos foi introduzido nas medalhas Paralímpicas para permitir aos atletas com deficiência visual identificar as medalhas de ouro, prata ou bronze. A intensidade do som varia conforme o metal utilizado na medalha, que contém ainda a inscrição Rio 2016 Paralympic Games, em braille.

Na fabricação das medalhas de ouro também foi utilizada como matéria-prima a prata reciclada (92,5% de pureza). Quanto ao cobre utilizado na produção das medalhas de bronze, mais de 40% foi proveniente de resíduos industriais da própria CMB. Em vez de ser descartado, o metal foi integralmente descontaminado e fundido na própria empresa para dar origem à liga necessária para a confecção das medalhas de bronze.

Além das medalhas Olímpicas e Paralímpicas, a CMB também forneceu ao Comitê Rio 2016 os diplomas, certificados e estojos – produzidos sob rigorosos critérios de sustentabilidade e certificação FSC (Forest Stewardship Council®) – garantia de que a origem da matéria-prima utilizada nestes produtos é de áreas com manejo florestal responsável, onde são respeitados aspectos ambientais e sociais.

Sob a perspectiva financeira, o resultado do projeto Rio 2016 demonstrou-se positivo da ordem de R\$ 4,5 milhões, em decorrência do valor total das vendas de moedas e medalhas comemorativas (R\$ 14,8 milhões) ter sido superior ao desembolso com o patrocínio (R\$ 10,2 milhões). Com relação ao valor da mídia espontânea, o resultado positivo ultrapassa a marca de R\$ 45 milhões.

#### 6 - Governança Corporativa

A Casa da Moeda vem, nos últimos anos, buscando aprimorar sua governança e fortalecer a gestão de riscos e os controles internos. A estrutura de Governança da Casa da Moeda tem como base a matriz de responsabilidades estabelecida em seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 2.122, de 13 de janeiro de 1997, e suas alterações. Nesse sentido, os seguintes níveis de controle estão estabelecidos na empresa: a Governança Vertical e a Horizontal, além da Gestão de Riscos e Controles Internos.

A CMB iniciou em 2016 o levantamento das ações necessárias à adequação da sua estrutura de governança, respeitando os prazos definidos em instrumentos legais publicados no decorrer do ano como Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), a Instrução Normativa Conjunta 01/2016 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria-Geral da União, de 01 de maio de 2016, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

A Política de Gestão Integrada de Riscos da CMB, elaborada em 2013, foi revisada e aprovada pelo CONSAD em junho de 2016. A nova versão do documento estabelece, além dos princípios que devem reger a gestão de riscos na CMB, a responsabilidade da Alta Administração no processo e afirma que seu cumprimento é obrigação de todos na empresa.

Também em junho, foi publicada a Norma de Administração de Gestão de Riscos, que define as etapas previstas para o modelo de gerenciamento de riscos na CMB (identificação, avaliação, resposta, controle, tratamento e monitoramento dos riscos) e a Matriz de Riscos a ser utilizada.

Em outubro, foi aprovada e publicada a Política de Conformidade da CMB, reforçando o comprometimento da empresa na elevação dos padrões de conformidade e condução de seus negócios de forma sustentável, legal, ética e transparente.

Também foi constituída Comissão para a elaboração de Programa de Integridade, com o objetivo de alinhar as ações da empresa às melhores práticas de Governança, com condutas eticamente responsáveis e baseadas na justiça e na transparência.

A Casa da Moeda disponibiliza voluntariamente suas informações por meio de seu endereço na internet. Visando reforçar o compromisso com a transparência, a empresa também conta com o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que integra a estrutura da Ouvidoria, para organizar e facilitar o acesso à informação.

#### 7 - Gestão de Pessoas

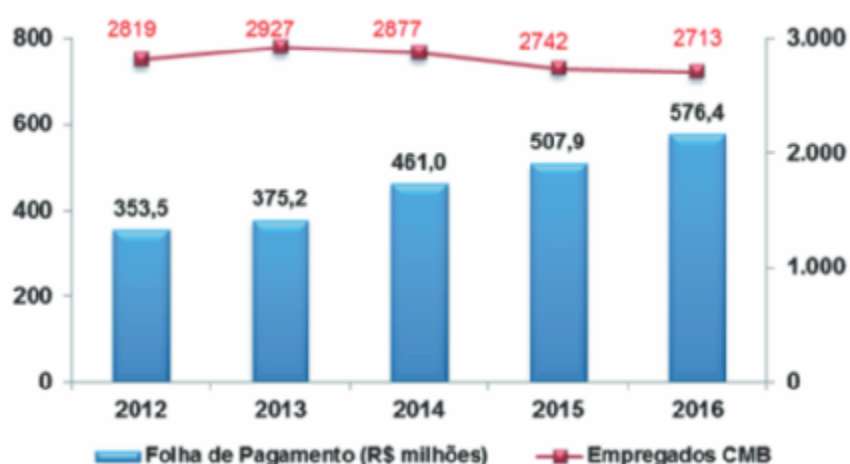
No segmento de Gestão de Pessoas, a CMB realizou em 2016 ações necessárias à implantação do modelo de avaliação de desempenho prevista para 2017, como elaboração de normativo e substituição da avaliação de desempenho por pares.

#### Evolução do quadro de pessoal e da remuneração

A Casa da Moeda encerrou o exercício de 2016 com 2.712 empregados efetivos, incluindo requisitados e nomeados em cargos de livre provimento. Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 43 empregados, o que praticamente não impactou a força de trabalho da empresa, já que as rescisões significaram uma redução de apenas 1,5% no quadro de pessoal. Por outro lado, a folha de pagamento continua sua trajetória de crescimento, em virtude, principalmente, dos ganhos reais advindos dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e das promoções e progressões anuais.

Em 2016, os critérios utilizados para avaliação por merecimento foram: metas empresariais e coletivas, avaliação do gestor imediato, avaliação de equipe e pares, qualificação individual e participação em programa de capacitação institucional.

#### Evolução da folha salarial X quadro de pessoal



#### Previdência Complementar

Durante o ano de 2016, em conjunto com a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (Cifráo), a CMB deu sequência ao desenvolvimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), com o intuito de promover o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifráo (PBDC). Nesse sentido, foram desenvolvidas ações visando a melhoria da governança corporativa da Cifráo, além de maior acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas na Fundação. Ressalte-se que no período os Planos de previdência administrados apresentaram resultados superavitários.

#### Clima Organizacional

O aprimoramento do clima organizacional é um dos objetivos estratégicos da Casa da Moeda. Com base nos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) aplicada em 2015, foram constituídos grupos de trabalho para os três indicadores mais bem avaliados e os seis piores. A partir da reunião destes grupos foram definidos Planos de Ação para os itens críticos.

Outra aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional está prevista para setembro de 2017. A iniciativa completa o Ciclo PDCA necessário à melhoria contínua.

#### Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas/Competências

Em 2016, a Casa da Moeda investiu cerca de R\$ 900 mil no desenvolvimento profissional de seus empregados por meio de ações educacionais externas e internas sobre mais de 200 temas como Gestão pela Qualidade Total, Gestão de Negócios, Produção Gráfica, Metalurgia e Ética.

Entre as ações externas promovidas, cabe destacar o início do Curso Técnico em Processos Gráficos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o objetivo de aperfeiçoar as competências de 28 profissionais da CMB em Produção Gráfica.

O quantitativo de participações e de investimentos em Educação Corporativa no período de 2014 a 2016 está demonstrado a seguir.

Ações Educacionais	2013	2014	2015	2016
Participações	17.016	17.891	14.279	11.073
Investimento (R\$)	1.542.929,84	1.282.305,02	745.107,00	900.991,22

Apesar da elevação do investimento em 2016 na comparação com 2015, houve um declínio de 3.206 participações, em virtude do início de dois contratos de longa duração: o Curso Técnico em Processos Gráficos e a Reciclagem de Brigadistas, além da realização de um maior número de ações educacionais no exterior.

Para 2017, a CMB está elaborando um modelo de Planejamento Educacional que será pautado em uma Grade de Competências alinhada ao Plano Estratégico 2017-2022, ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e ao Plano de Gerenciamento e Assessoramento (PGA). A Grade de Competências norteará a elaboração do Programa de Educação Corporativa 2017 para desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais.

#### 8 - Dimensão Sociocultural

A Casa da Moeda atua de forma socialmente responsável e desenvolve ações que visam agregar valor social e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Algumas dessas iniciativas, desenvolvidas em 2016, estão descritas a seguir.

#### Programa Jovem Aprendiz

Em atendimento à Lei da Aprendizagem, a Casa da Moeda participa do Programa Jovem Aprendiz, que visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens com idade entre 14 a 24 anos.

Por meio de um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a proposta é que o Jovem Aprendiz tenha formação técnico-profissional para auxiliar em serviços administrativos.

O programa tem duração de 2 anos e assegura aos jovens os direitos trabalhistas. Atualmente, a empresa atende a cem jovens aprendizes de comunidades carentes de Santa Cruz e Itaguaí.

#### Programa Conheça a CMB

O programa de visitas guiadas tem o objetivo de divulgar as atividades desempenhadas pela empresa, abrindo um canal de comunicação entre a CMB e a comunidade. No ano de 2016, foram realizadas 99 visitas guiadas, nas quais foram recebidos 2.502 visitantes.

#### Equidade

A Casa da Moeda conquistou, em outubro de 2016, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, prêmio oferecido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e apoiado pela ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

#### Centro Cultural da Casa da Moeda do Brasil

Por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, do Ministério da Cultura, a CMB estabeleceu acordo de cooperação técnica para desenvolvimento do projeto de restauração e adaptação do prédio localizado na Praça da República. O antigo casarão foi a primeira sede do Museu Real (atual Museu Nacional), antiga sede do Arquivo Nacional.

#### Clube da Medalha do Brasil

Criado em 03 de março de 1977, o Clube da Medalha do Brasil fomenta o colecionismo de medalhas por meio do lançamento de peças comemorativas alusivas a fatos e acontecimentos que marcam a história de um povo, de uma raça e de uma nação.

Os principais lançamentos de 2016 foram: “30 anos da Secretaria do Tesouro Nacional”, oito medalhas comemorativas dos Jogos Rio 2016, em ouro, prata e bronze dourado (Mascotes Vinícius, Tom e Ginga), “100 anos da Aviação Naval”, “200 anos da Escola de Belas Artes”, “300 anos da Aparição da Imagem de Nossa Senhora Aparecida” e “100 anos do Samba”.

Foram vendidas 21,5 mil medalhas, representando um faturamento aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Em junho de 2016, a CMB firmou contrato com o Banco Central para ser um dos agentes comerciais para venda das moedas comemorativas lançadas pela instituição. A parceria possibilitou a comercialização das moedas comemorativas alusivas aos Jogos Rio 2016 nos pontos de vendas da CMB, localizados nas megastores da praia de Copacabana e do Parque Olímpico, e no site da empresa. As vendas representaram faturamento aproximado de R\$ 2,7 milhões.

#### 9 - SUSTENTABILIDADE

Consistente de sua responsabilidade socioambiental, a Casa da Moeda busca desenvolver ações que equilibram o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente, garantindo que as gerações futuras tenham acesso aos mesmos recursos naturais disponíveis nos dias de hoje.

São apresentados a seguir alguns projetos e programas desenvolvidos em 2016, que demonstram o compromisso da CMB com o desenvolvimento sustentável.

#### Gestão de Efluentes Líquidos

A CMB mantém em seu parque fabril estações de tratamento de efluentes industriais e sanitário oriundos das atividades metalúrgicas, gráficas e dos laboratórios de controle de qualidade, áreas de utilidades, restaurante e sanitários. Os tratamentos têm o objetivo de adequar os efluentes aos parâmetros definidos em legislação.

Além de adequar os efluentes, a CMB busca minimizar o impacto ambiental de suas atividades. A Estação de Tratamento de Efluente Industrial (ETEI) trata os efluentes industriais gráficos da produção de cédulas e de outros impressos de segurança, recuperando até 90% da solução de limpeza, economizando, assim, água e produtos químicos que compõem a solução. Desde o início da operação, em maio de 2013, até o final de 2016, já foram economizados mais de 34 milhões de litros de água.

#### Gestão de Resíduos Sólidos

A empresa dispõe de uma Central de Resíduos em uma área de cerca de 5 mil metros quadrados, com instalações modernas e construídas segundo diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para armazenagem temporária de resíduos Classe I – Perigosos e Classe II – Não Perigosos, incluindo os recicláveis.

Como resultado de estudos por soluções mais sustentáveis para tratamento de resíduos, a CMB ampliou, em 2016, a gama de materiais destinados para processos de reciclagem. Foram destinadas 2.824 toneladas (54,58% do total de resíduos sólidos gerados) para tratamento e destinação final por meio de: Reciclagem, Refino de Óleos, Coprocessamento em Fornos para Produção de Cimento, Incineração, Aterros Industriais e Sanitários, Tratamento Físico-Químico e Biológico e Compostagem para produção de adubos orgânicos.

#### Certificação FSC

Em 2015, a Casa da Moeda iniciou a preparação para conquistar a certificação FSC, organização não governamental de atuação internacional representada no Brasil pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal. A certificação foi uma exigência para a parceria firmada entre a Casa da Moeda e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Depois de definir procedimentos para o controle, a gestão de toda a cadeia de fornecedores da organização e um plano de treinamento baseado nos requisitos normativos aplicáveis, a Casa da Moeda obteve, em março de 2016, a certificação FSC. A empresa é a primeira entidade de seu segmento na América Latina a receber o certificado.

#### Certificações ISO 14001 e OHSAS 18001

A empresa passou por auditoria para manutenção dos sistemas de gestão baseados nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, que especificam requisitos mínimos para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

O número de não conformidades apresentou expressivo declínio, passando de 56 em relação à auditoria de certificação de 2015 para apenas seis no exercício 2016, demonstrando aperfeiçoamento dos sistemas de gestão, conforme quadro abaixo.

#### Segurança e Saúde ocupacional

A Casa da Moeda adota um conjunto de medidas com o objetivo de promover a proteção do empregado no seu local de trabalho, proporcionando um ambiente mais seguro e saudável. As principais iniciativas no âmbito da segurança e saúde ocupacional em andamento na CMB estão relacionadas aos perigos e riscos identificados em suas atividades executadas no âmbito da gestão de riscos ergonômicos, de riscos químicos e de incêndio.

No que tange à ergonomia, desde 2016 a CMB trabalha na implementação do Programa Conhecendo para Prevenir, com o objetivo de ampliar o conhecimento dos empregados sobre o tema. Orientadas pelo conceito de autoprevenção, as ações do programa trabalham a relação do corpo do trabalhador com o meio, seja no trabalho ou em casa, com a finalidade de mudar hábitos que contribuem para o desenvolvimento de doenças ocupacionais.

#### 10 - FUTURO

O ano de 2016 foi de grandes desafios para a Casa da Moeda. Toda a empresa se mobilizou diante do cenário adverso e conseguiu superá-lo.

Para alcançar a Visão de Futuro, a Casa necessita implementar iniciativas visando alavancar a competitividade, manter os clientes atuais e conquistar novos por meio de uma carteira de produtos diversificada e dotada de tecnologia de ponta.

Nesse sentido, a administração priorizou seu portfólio estratégico e identificou um conjunto de iniciativas que irão orientar o trabalho da empresa no próximo ano.

A CMB está desenvolvendo um sistema de controle de bebidas capaz de possibilitar a fiscalização da produção de forma eficaz, porém com uma redução considerável do custo operacional, conforme os requisitos estabelecidos pela Receita Federal. Existe a expectativa de aprovação de projeto de lei que pode permitir a ampliação do mercado de atuação da empresa por meio da criação de documento único com os dados biométricos e civis dos cidadãos brasileiros. A CMB está desenvolvendo projeto para atender a essa demanda.

Outra iniciativa estratégica da empresa consiste na implementação de um método estruturado de estímulo à inovação, fundamentado no conceito de inovação aberta, que pretende definir ferramentas que auxiliem no processo de transformação de novas ideias em resultados.

Além disso, em função da queda da demanda interna por cédulas e moedas que se iniciou em 2014, será fortalecido o trabalho de prospecção do mercado internacional, visando utilizar a capacidade excedente.

Todo esse esforço da gestão da empresa indica que 2017 será um ano que permitirá à CMB retomar sua curva de crescimento contínuo nos próximos anos.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO DE 2016**  
(EM REAIS)

A T I V O		31.12.2016	31.12.2015	P A S S I V O		31.12.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>1.355.280.069,52</b>	<b>1.394.380.979,41</b>	<b>CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>668.721.881,30</b>	<b>803.337.218,98</b>
DISPONÍVEL		523.683.751,00	618.189.358,73	FORNECEDORES	(7.1)	36.951.290,32	344.860.021,47
BANCOS CONTA MOVIMENTO		9.331.422,99	157.778.200,11	EXIGIBILIDADE POR PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2)	12.886.417,61	13.000.849,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(4.1)	514.352.328,01	460.411.158,62	DIVIDENDOS A PAGAR	(9.0)	0,00	112.991.451,53
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		657.635.991,19	551.485.881,47	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(7.3)	3.701.147,02	28.190.048,25
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(4.2)	67.476.576,72	105.550.675,18	REMUNERAÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL DOS DIRIGENTES	(7.4)	869.455,72	668.094,94
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(4.2)	(9.349.763,90)	(7.119.053,53)	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(7.5)	13.159.173,23	8.495.737,24
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(4.3)	437.125.743,49	331.701.009,01	EMPRESÍTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8.1)	62.874.687,33	15.387.030,30
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(4.4)	7.834.816,48	8.040.447,43	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA DA CMB	(15.0)	7.667.612,52	6.768.679,75
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(4.5)	150.400.683,09	109.211.104,98	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(7.6)	51.402.953,63	226.172.686,25
OUTROS VALORES A RECEBER	(4.6)	4.147.935,31	4.101.698,40	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(7.7)	408.217.723,86	0,00
ESTOQUES	(4.7)	173.130.669,44	224.481.500,95	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.8)	17.012.015,73	0,00
PRODUTOS ACABADOS		57.470.715,10	52.578.710,65	PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.8)	6.022.173,77	0,00
PRODUTOS EM PROCESSO		8.414.795,88	55.113.958,35	PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2.1)	46.136.341,01	45.195.881,98
MATÉRIA-PRIMA		90.843.152,01	98.420.403,08	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.820.889,55	1.606.737,84
ALMOXARIFADO		16.402.006,45	18.368.428,87				
DESPESAS ANTECIPADAS	(4.8)	829.657,89	224.238,26				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>1.776.844.666,42</b>	<b>1.835.208.911,24</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>217.006.200,65</b>	<b>279.243.651,92</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.014.506.885,33	1.012.177.325,48	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8.1)	100.000.000,00	200.000.000,00
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	2.658.852,03	2.658.852,03	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(15.0)	38.877.226,87	74.197.444,53
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	182.704.363,95	141.668.554,63	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(8.2)	13.545.061,70	5.046.207,39
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4)	(81.037.442,13)	(22.821.554,86)	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(5.2)	64.583.912,08	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(5.5)	868.194.757,51	853.379.196,43				
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(5.6)	17.647.400,04	17.933.535,50				
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(5.7)	22.014.085,91	17.173.247,51				
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(5.8)	569.139,92	647.048,34				
(-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS	(5.8)	(26.378,82)	(109.795,40)				
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.9)	1.782.106,92	1.648.241,30				
INVESTIMENTOS		1.562,61	1.176,61	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	NOTA	<b>2.246.396.653,99</b>	<b>2.147.009.019,75</b>
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	(6.1)	1.669.906,59	1.669.906,59	CAPITAL SOCIAL	(10)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
(-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS	(6.1)	(1.668.343,98)	(1.668.729,98)	RESERVAS DE LUCRO	(11.1)	885.718.839,90	786.331.205,66
IMOBILIZADO TÉCNICO	(6.2.1)	756.951.923,14	813.597.742,00	RESERVA LEGAL	(11.1.1)	18.576.654,14	15.567.849,48
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.437.907.317,21	1.381.445.956,21	RESERVA PARA INVESTIMENTOS	(11.2)	809.863.466,32	766.987.999,98
(-) DEPRECIAÇÕES		(701.064.073,07)	(631.134.598,85)	RESERVA ESPECIAL	(9.0)	14.291.822,11	0,00
(-) RED. AO VR. RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(6.4)	(900.095,09)	(900.095,09)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(17.0)	42.986.897,33	3.775.356,20
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.2)	20.471.372,87	23.480.685,73				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.3)	537.401,22	40.705.794,00				
INTANGÍVEL	(6.3)	5.384.295,34	9.432.667,15				
<b>TOTAL</b>		<b>3.132.124.735,94</b>	<b>3.229.589.890,65</b>	<b>TOTAL</b>		<b>3.132.124.735,94</b>	<b>3.229.589.890,65</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

D E S C R I Ç Ã O	NOTA	E M R E A I S	
		31.12.2016	31.12.2015
<b>I - FATURAMENTO BRUTO</b>		<b>2.408.843.412,80</b>	<b>2.411.505.407,37</b>
(-) IPI CONTIDO NO FATURAMENTO BRUTO		387.259,29	505.430,41
<b>II - RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	(12.1)	<b>2.408.456.153,51</b>	<b>2.410.999.976,96</b>
DEDUÇÕES DAS VENDAS		4.813.148,87	4.163.959,53
(-)IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	(12.2)	1.265.633,78	2.417.643,63
(-)IMPOSTO S/SERVIÇOS	(12.2)	1.013.424,82	431.987,40
(-)PASEP S/FATURAMENTO	(12.2)	396.370,11	191.043,85
(-)COFINS S/FATURAMENTO	(12.2)	1.829.326,96	879.959,53
(-)DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(12.2)	308.393,20	243.325,12
<b>III - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>		<b>2.403.643.004,64</b>	<b>2.406.836.017,43</b>
<b>IV - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>	(12.2)	<b>1.866.667.831,89</b>	<b>1.625.834.072,90</b>
<b>V - LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	(12.2)	<b>536.975.172,75</b>	<b>781.001.944,53</b>
VI - DESPESAS ( RECEITAS ) OPERACIONAIS		496.413.989,86	499.120.932,54
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		429.547.070,81	498.149.892,42
DESPESAS COM PESSOAL	(12.3)	332.500.804,07	326.025.356,97
DESPESAS COM MATERIAIS	(12.3)	4.532.225,66	11.034.357,08
DESPESAS COM SERVIÇOS	(12.3)	76.370.379,06	137.996.736,48
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(12.3)	16.143.662,02	23.093.441,89
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(12.3)	3.869.897,37	2.492.451,72
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS	(12.3)	62.997.021,68	(1.521.411,60)
<b>VII - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>40.561.182,89</b>	<b>281.881.011,99</b>
VIII - RESULTADO FINANCEIRO		42.649.099,72	29.475.977,63
RECEITAS FINANCEIRAS	(12.4)	95.575.391,20	74.311.481,72
DESPESAS FINANCEIRAS	(12.4)	52.926.291,48	44.835.504,09
<b>IX - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>83.210.282,61</b>	<b>311.356.989,62</b>
X - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.7)	(17.012.015,73)	0,00
XI - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.7)	(6.022.173,77)	0,00
<b>VIII - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(9.0)	<b>60.176.093,11</b>	<b>311.356.989,62</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO DE 2016**  
(EM REAIS)

D E S C R I Ç Ã O	CAPITAL	R E S E R V A S D E L U C R O S				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
<b>SALDO EM 31/12/2014</b>	<b>963.801.199,07</b>	<b>76.994.736,02</b>	<b>904.072.190,37</b>	<b>0,00</b>	<b>(74.594.856,00)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.870.273.269,46</b>
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.356.989,62	311.356.989,62
2. AUMENTO DE CAPITAL:	396.876.615,02	(76.994.736,02)	(319.881.879,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL	76.994.736,02	(76.994.736,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA P/ INVESTIMENTOS	319.881.879,00	0,00	(319.881.879,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
3. DESTINAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	15.567.849,48	182.797.688,61	0,00	0,00	(311.356.989,62)	(112.991.451,53)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	0,00	15.567.849,48	0,00	0,00	0,00	(15.567.849,48)	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	182.797.688,61	0,00	0,00	(182.797.688,61)	0,00
DIVIDENDOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(112.991.451,53)	(112.991.451,53)
4. SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	0,00	0,00	0,00	0,00	78.370.212,20	0,00	78.370.212,20
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	NOTA	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>15.567.849,48</b>	<b>766.987.999,98</b>	<b>0,00</b>	<b>3.775.356,20</b>	<b>2.147.009.019,75</b>
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>		<b>1.360.677.814,09</b>	<b>15.567.849,48</b>	<b>766.987.999,98</b>	<b>0,00</b>	<b>3.775.356,20</b>	<b>2.147.009.019,75</b>
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(9.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	60.176.093,11	60.176.093,11
2. DESTINAÇÃO DO RESULTADO:		0,00	3.008.804,66	42.875.466,34	14.291.822,11	0,00	(60.176.093,11)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	(9.0)	0,00	3.008.804,66	0,00	0,00	0,00	(3.008.804,66)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	(9.0)	0,00	0,00	42.875.466,34	0,00	0,00	(42.875.466,34)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS N-DISTRIBUIDOS	(9.0)	0,00	0,00	0,00	14.291.822,11	0,00	(14.291.822,11)
3. SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	(13.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	39.211.541,13	39.211.541,13
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>		<b>1.360.677.814,09</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>809.863.466,32</b>	<b>14.291.822,11</b>	<b>42.986.897,33</b>	<b>2.246.396.653,99</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO DE 2016**  
(EM REAIS)

D E S C R I Ç Ã O	MÉTODOS INDIRETOS	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>60.176.093,11</b>	<b>311.356.989,62</b>
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:		
DESPESAS FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO	444.009,03	931.565,48
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	60.446.597,64	2.101.459,15
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(83.802,58)	15.069,70
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	74.740.232,78	51.777.120,39
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	0,00	401.248,82
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	8.498.854,31	(767.062,97)
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>204.221.984,29</b>	<b>365.816.390,19</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS:</b>		
REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	38.074.098,46	154.068.359,06
AUMENTO EM SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(146.460.543,80)	(243.959.252,90)
REDUÇÃO/AUMENTO EM ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	205.630,95	(2.030.444,84)
AUMENTO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(56.005.139,19)	(56.044.274,25)
AUMENTO EM DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(4.840.838,40)	(3.660.408,83)
AUMENTO EM OUTROS CRÉDITOS	(46.236,91)	(522.205,80)
REDUÇÃO EM ESTOQUES	51.350.831,51	39.306.985,90
AUMENTO/REDUÇÃO EM DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(605.419,63)	34.976,66
<b>TOTAL: AUMENTO NOS ATIVOS</b>	<b>(118.327.617,01)</b>	<b>(112.806.265,00)</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS:</b>		
AUMENTO EM FORNECEDORES	164.892.904,79	53.371.134,51
REDUÇÃO EM EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS	(114.431,82)	(24.620.211,18)
REDUÇÃO/AUMENTO EM PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(24.287.540,45)	8.372.154,73
AUMENTO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	4.663.435,99	1.467.171,26
AUMENTO EM OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	4.346.247,21	29.488.550,31
AUMENTO/REDUÇÃO EM PROVISÕES P/LR.P.J E P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.034.189,50	(4.140.323,69)
AUMENTO EM PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	940.459,03	7.868.769,76
REDUÇÃO/AUMENTO EM ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(174.769.732,62)	70.297.663,14
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	214.151,71	(592.543,10)
<b>TOTAL: REDUÇÃO/AUMENTO NOS PASSIVOS</b>	<b>(1.080.316,66)</b>	<b>141.512.365,74</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>84.814.050,62</b>	<b>394.522.490,93</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	230.178,26	11.523.011,53
AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	(14.046.042,11)	(14.942.813,28)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.815.863,85)</b>	<b>(3.419.801,75)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
DIVIDENDOS PAGO	(112.991.451,53)	(80.991.169,02)
REDUÇÃO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(52.512.342,97)	(52.444.645,92)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(165.503.794,50)</b>	<b>(133.435.814,94)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(94.505.607,73)</b>	<b>257.666.874,24</b>

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
DESCRIÇÃO	R\$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	618.189.358,73	360.522.484,49
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	523.683.751,00	618.189.358,73
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(94.505.607,73)</b>	<b>257.666.874,24</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

DESCRIÇÃO	Em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>2.348.088.421,96</b>	<b>2.409.160.623,10</b>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.408.635.297,30	2.410.913.899,01
1.2) Outras Receitas	208.115,50	591.508,36
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00	0,00
1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	60.446.597,64	2.101.459,15
1.5) Deduções de Vendas	308.393,20	243.325,12
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.590.907.635,71</b>	<b>1.716.424.278,67</b>
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.497.540.017,00	1.597.150.394,40
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	88.680.902,73	124.655.365,76
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	4.686.715,98	15.069,70
2.4) Créditos Tributários	0,00	5.396.551,19
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>757.180.786,25</b>	<b>692.736.344,43</b>
<b>4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>74.740.232,78</b>	<b>51.777.120,39</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>682.440.553,47</b>	<b>640.959.224,04</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>112.245.079,17</b>	<b>74.311.481,72</b>
6.1) Receitas financeiras	95.565.036,67	74.305.848,75
6.2) Dividendos	10.354,53	5.632,97
6.3) Outras Receitas	16.669.687,97	0,00
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>794.685.632,64</b>	<b>715.270.705,76</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>794.685.632,64</b>	<b>715.270.705,76</b>
8.1) Pessoal	553.199.679,50	303.990.648,62
8.1.1 - Remuneração direta	400.626.711,94	212.009.176,25
8.1.2 - Benefícios	128.436.590,09	76.759.908,20
8.1.3 - F.G.T.S.	24.136.377,47	15.221.564,17
8.2) Impostos, taxas e contribuições	128.621.387,45	55.087.563,43
8.2.1 - Federais	126.010.897,85	51.530.010,12
8.2.2 - Estaduais	1.572.222,06	3.125.565,91
8.2.3 - Municipais	1.038.267,54	431.987,40
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	52.688.472,58	44.835.504,09
8.3.1 - Juros	49.739.045,53	44.835.504,09
8.3.2 - Aluguéis	2.949.427,05	0,00
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	60.176.093,11	311.356.989,62
8.4.1 - Dividendos	0,00	112.991.451,53
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	60.176.093,11	198.365.538,09

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

D E S C R I Ç Ã O	EM REAIS	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>I - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>60.176.093,11</b>	<b>311.356.989,62</b>
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	39.211.541,13	78.370.212,20
<b>II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>99.387.634,24</b>	<b>389.727.201,82</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2016, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa de principais práticas contábeis.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5.4 - Provisão para Perdas Estimadas no Crédito de Liquidação Duvidosa

Nota 8.2 – Provisão para Passivos Contingentes

O Conselho de Administração da Empresa, em reunião realizada em 10 de março de 2017, autorizou a divulgação destas Demonstrações Contábeis.

**NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2016 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

c) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual.

d) Os Investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.

e) O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), o método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica dos bens, revisando anualmente a vida útil dos bens.

f) O Contas a Receber é contabilizado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida sendo deduzidas as perdas por crédito de liquidação duvidosa. A perda é reconhecida no resultado como despesa administrativa.

g) A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial programa SICOB/SCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil.

h) Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

i) O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). É composto por Softwares, sendo o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007.

j) A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

k) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda, alíquota de 15% e adicional de 10% e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, alíquota de 9%, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

**NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE**

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Nos termos da Resolução nº 4.034, do Banco Central do Brasil, que comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**EXERCÍCIO DE 2015**

APLICAÇÕES FINANCEIRAS		31/12/2016	31/12/2015
BANCO DO BRASIL		458.089.424,19	460.411.158,62
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		56.262.903,82	-
<b>TOTAL</b>		<b>514.352.328,01</b>	<b>460.411.158,62</b>

RECEITA FINANCEIRA		31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS AUFERIDOS		65.741.699,54	40.004.194,28
<b>TOTAL</b>		<b>65.741.699,54</b>	<b>40.004.194,28</b>

**4.2- CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

CLIENTES		31/12/2016	31/12/2015
Departamento de Polícia Federal		26.553.605,79	47.015.079,99
Programa Sicobe - Envasadoras		28.706.701,37	29.215.522,25
UTE - União Transitoria de Empresas - CMB/SECM		8.242.431,01	19.383.310,82
Ministério das Relações Exteriores		0,00	4.217.769,02
Gold Credit Banco de Bullion		2.266.140,00	2.266.140,00
Banco Central da Venezuela		1.136.199,59	1.358.557,87
Outros		571.498,96	2.094.295,23
<b>TOTAL</b>		<b>67.476.576,72</b>	<b>105.550.675,18</b>

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2016, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2015 os saldos a receber do Departamento de Polícia Federal apresentando queda no montante de R\$ 20.461.474,20 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) e da UTE – União Transitoria de Empresas – CMB/SECM apresentando queda no montante de R\$ 11.140.879,81 (onze milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), em função de valores recebidos no decorrer do exercício de 2016.

Para os Clientes Comerciais – foi constituída a Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 9.349.763,90 (nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), provenientes de transações operacionais normais de vendas ou serviços prestados em aberto até 31/12/2016, sendo revertida em 2016 a parcela de R\$ 7.119.053,53 (sete milhões, cento e dezenove mil, cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos).

**4.2.1 – UNIÃO TRANSITÓRIA DE EMPRESAS – UTE**

A Casa da Moeda do Brasil e a Sociedad Del Estado de la Casa de la Moneda – SECM, da Argentina formaram uma União Transitoria de Empresas – UTE, na Argentina, com o intuito de, exclusivamente, fornecer cédulas ao Cliente Banco Central de la Republica Argentina – BCRA.

Na UTE, as empresas associadas não representam uma nova personalidade jurídica, conforme preceituado pelo artigo 377 da Lei n.º 19.550 (Lei de Sociedades Comerciais da República Argentina – LSC). Tal forma de união possui natureza jurídica de contrato empresarial plurilateral associativo, não societário.

Sendo assim, no sentido do enquadramento da UTE, em análise de direito comparado, esta se assemelha ao instituto do consórcio de empresas da lei de sociedades anônimas do ordenamento jurídico brasileiro.

O quadro a seguir apresenta o saldo das notas fiscais em aberto atualizados conforme o índice de atualização cambial em 31/12/2016 pelo site do Banco Central do Brasil.

**VALORES A RECEBER - UTE (31/12/2016)**

NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	EMISSÃO NF	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
1146	51/2011 - AR	07/11/2011	29/11/2011	\$2.123.782,08	\$1.859.590,08	\$264.192,00	R\$ 860.869,63
1484	06/2012 - AR	04/06/2012	05/06/2012	\$3.635.044,80	\$3.280.388,80	\$354.656,00	R\$ 1.155.646,58
2720	06/2013 - AR	12/12/2013	12/12/2013	\$808.473,60	\$0,00	\$808.473,60	R\$ 2.634.411,23
2850	07/2014 - AR	11/07/2014	10/12/2014	\$3.340.800,00	\$2.998.320,00	\$342.480,00	R\$ 1.115.971,08
<b>TOTAL</b>				<b>\$9.908.100,48</b>	<b>\$8.138.298,88</b>	<b>\$1.769.801,60</b>	<b>R\$ 5.766.898,51</b>

**VALORES A RECEBER - SECM (31/12/2016)**

NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	EMISSÃO NF	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
2760	05/2014 - AR	08/05/2014	20/05/2014	\$40.000,00	\$0,00	\$40.000,00	R\$ 130.340,00
3320	07/2016 - AR	18/11/2016	21/11/2016	\$719.715,36	\$0,00	\$719.715,36	R\$ 2.345.192,50
<b>TOTAL</b>				<b>\$759.715,36</b>	<b>\$0,00</b>	<b>\$759.715,36</b>	<b>R\$ 2.475.532,50</b>

A UTE/SECM saldou junto à CMB durante o exercício 2016 o montante de R\$ 12.097.737,73 (doze milhões, noventa e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e sete centavos).

Os valores a receber referentes ao Banco Central da Venezuela são provenientes de multas aplicadas pelo cliente contestadas pela CMB.

No exercício de 2016 a CMB reconheceu Variação Cambial referente a atualização dos saldos a receber da UTE – CMB/SECM e do Banco Central da Venezuela e diante da incerteza de recebimento reconheceu também Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD nos montantes de R\$ 5.897.238,51 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 1.136.199,59 (um milhão, cento e trinta e seis mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos) respectivamente.

**4.3 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR**

A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial programa SICOBESCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil e seus respectivos custos são contabilizados conforme os percentuais pactuados em contrato com a prestadora de serviços.

**4.3.1 – SERVIÇOS A FATURAR**

SERVIÇOS A FATURAR		31/12/2016	31/12/2015
SICOBESCORPIOS		398.844.537,59	300.156.351,06
<b>TOTAL</b>		<b>437.125.743,49</b>	<b>331.701.009,01</b>

CUSTO DO SERVIÇO		31/12/2016	31/12/2015
SICOBESCORPIOS		380.187.349,90	190.674.322,01
<b>TOTAL</b>		<b>408.217.723,86</b>	<b>206.842.725,71</b>

4.3.1 – Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 e 4811.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 e 4811 para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, conforme Ofício 03/2017 SUPOF/STN/MF-DF, de 19/01/2017, consta como retenção DRU (30%), após o 3º decêndio de dezembro/2016, o valor de R\$ 469.441.264,88 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), o que se traduz no não recebimento das contagens do Programa SICOBESCORPIOS nos meses de agosto a dezembro de 2016.

Ato contínuo houve o Parecer PGFN/CAF/1837/2016, 12 de dezembro de 2016, da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Financeiros, em seu item 15 ressalta que mesmo em face da desvinculação, há a necessidade de que a CMB seja ressarcida pelos gastos que houver incorrido, realizando atividade que subsidia a União no exercício do poder de polícia.

**4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS**

O valor de R\$ 7.843.816,48 (sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

VALORES (EM R\$)	
DESCRIÇÃO	31/12/2016
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	7.834.816,48
<b>TOTAL</b>	<b>7.834.816,48</b>

**4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO**

VALORES (EM R\$)	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2016
IPI A COMPENSAR	10.439.485,04
ICMS A COMPENSAR	10.417.231,34
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	106.359.568,52
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	3.787.578,48
IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	2.290.124,14
OUTROS TRIBUTOS	17.106.695,57
<b>TOTAL</b>	<b>150.400.683,09</b>

Os valores de R\$ 10.439.485,04 (dez milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos), R\$ 10.417.231,34 (dez milhões, quatrocentos e dezessete mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos), referem-se a créditos tributários provenientes de aquisição de insumos. O imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 106.359.568,52 (cento e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's anuais. O valor de R\$ 3.787.578,48 (três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 2.290.124,14 (dois milhões, duzentos e noventa mil, cento e vinte e quatro reais e quatorze centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de nossas notas fiscais de faturamento.

A variação na conta outros tributos composta por COFINS/PIS/PASEP, entre outros, justifica-se pela mudança de critério adotada na implantação do SIGACTO, onde o fato gerador para o crédito do imposto é a entrada da Nota Fiscal de aquisição de insumos para produção, sendo que anteriormente por impossibilidade do SIAFI, os créditos de imposto de aquisição de insumos eram tomados diretamente na Base de Apuração mensal dos referidos impostos.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

**4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER**

VALORES (EM R\$)	
OUTROS CRÉDITOS	31/12/2016
PESSOAL CEDIDO	2.552.853,79
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.295.996,92
VALORES A RECEBER DE EMPREGADOS AFASTADOS	204.536,87
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	94.547,73
<b>TOTAL</b>	<b>4.147.935,31</b>

**4.6.1 – CRÉDITO PESSOAL CEDIDO**

O saldo da Conta de Crédito Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

VALORES (EM R\$)	
CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	31/12/2016
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	919.908,60
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	455.563,70
Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	223.859,46
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE	179.340,68
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG	154.079,43
Universidade Federal Fluminense	64.321,61
Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria	44.413,47
Fundação IBGE - Administração Central / RJ	35.806,27
Cifrao Fundação de Previdência da Casa da Moeda	31.417,74
Prefeitura do Rio de Janeiro	24.149,44
Defensoria Pública da União	12.274,17
<b>TOTAL</b>	<b>2.552.853,79</b>

**4.6.2 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES**

O saldo desta rubrica refere-se a depósitos de garantias contratuais exigidas por nossos clientes.

**4.7 – ESTOQUES**

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. A variação na rubrica de Matéria Prima é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2016 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 248.882.085,65 (duzentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

A variação na conta de Produtos em Processo deve-se ao planejamento das fábricas da CMB ensejando chegar ao fim do exercício com o menor número possível de Ordens de Produção em aberto, visto a implantação integral do Bloco K, do SPED FISCAL.

VALORES (EM R\$)	
ESTOQUES	31/12/2016
Produtos Acabados	57.470.715,10
Produtos em Processo	8.414.795,88
Matéria-Prima	90.843.152,01
Almoarifado	16.402.006,45
<b>TOTAL</b>	<b>173.130.669,44</b>

**4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS**

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 829.657,89 (oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

VALORES (EM R\$)	
DESPESAS ANTECIPADAS	31/12/2016
Prêmios de Seguro a Apropriar	829.657,89
<b>TOTAL</b>	<b>829.657,89</b>

Esta variação decorre da contratação de seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB.

**4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS**

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

MODALIDADE	RAMO	VALORES EM RISCO (EM R\$)	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$)
Imobilizado/Estoque	Incêndio/Raio/Explosão	959.498.500,00	655.000.000,00
Imobilizado	Danos Elétricos	50.000.000,00	50.000.000,00
Operações Parque Industrial	Vazamento de Sprinkl	40.000.000,00	40.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.049.498.500,00</b>	<b>745.000.000,00</b>

O seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB tem um limite máximo de indenização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

**NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**
**5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

VALORES (EM R\$)	
CLIENTES A LONGO PRAZO	31/12/2016
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	504.718,33
Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE	489.059,20
Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça	450.450,00
Departamento da Polícia Federal	70.509,92
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.658.852,03</b>

A recuperação dos valores devidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, decorrente de alteração de legislação tributária durante vigência contratual, o que ensejou divergência com o cliente, os valores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e MRE são referentes a multas contratuais aplicadas com discordância da CMB, se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

**5.2 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR**

VALORES (EM R\$)	
SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS	31/12/2016
Sicobe (2009 a 2016)	171.792.530,43
Scorpios (2008 a 2016)	10.911.833,52
<b>Total</b>	<b>182.704.363,95</b>

VALORES EM R\$	
CUSTOS EXECUTADOS VENCIDOS SOBRE SERVIÇOS	31/12/2016
Sicobe (2009 a 2016)	62.189.023,29
Scorpios (2008 a 2016)	2.394.888,79
<b>Total</b>	<b>64.583.912,08</b>

5.2.1 – Os saldos são remanescentes de valores a receber e custos proporcionais, por serviços executados referente ao programa de leitura e controle de Selos de Rastreamento de Bebidas (SICOBES) e nos Serviços de Selos de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS), realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

Com base na Instrução Normativa nº 1.390/2013 que altera a Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, o não pagamento dos serviços executados, por três meses consecutivos ou alternados, deve ser comunicado à Delegacia da SRFB para que o envasador seja colocado na condição de anormalidade. Nessa condição, os envasadores ficam sem os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos de controle/contagem, até que sanem o débito. A CMB tem enviado as comunicações aos Delegados da SRFB.

**5.3 – EFEITO CREDOR NO RESULTADO DE AJUSTE DO PROGRAMA SICOBES E SCORPIOS**

O efeito credor de R\$ 7.066.690,35 (sete milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e noventa reais e trinta e cinco centavos) deu-se em função do ajuste dos valores a receber e seus respectivos custos do programa SICOBES e SCORPIOS de fabricantes de bebidas e cigarros em atraso, que trazidos a valores de 2016 e comparados à posição de 2015, demonstram, conforme quadro abaixo:

VALORES (EM R\$)	
PROGRAMA SICOBES	31/12/2016
Contas a Receber	171.792.530,43
Constituição/Reversão - PECLD	73.895.602,77
<b>AJUSTE DEVEDOR NO RESULTADO DE 2016</b>	<b>(11.638.859,14)</b>

Custos a Pagar - SICPA	109.131.204,95	83.968.403,20	25.162.801,75
Expurgo efeito - PECLD	46.942.181,66	0,00	46.942.181,66
<b>AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016</b>			<b>21.779.379,91</b>

**AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016 - PROGRAMA SICOBES** **10.140.520,77**

Em decorrência dos dois critérios adotados foram constituídas PECLD de Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber – Envasadores na rubrica Serviços Executados a Faturar do SICOBE e SCORPIOS, no montante de R\$ 81.037.442,13 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e treze centavos), referente ao saldo dos serviços executados a faturar registrados pelo relatório de acompanhamento de produção, vencidos de 2008 a 2016, menos o correspondente custo apropriado.

Abaixo segue a composição de clientes inadimplentes e de duplicatas a receber de Envasadores:

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL		PRODUTO	VALORES (EM R\$) 31/12/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 769/2007		SCORPIOS	10.911.833,52
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 869/2008 LEI 12.995/2014		SICOBE RESSARCIMENTO SICOBE/SCORPIOS TAXA	94.860.192,67 76.932.337,76
<b>SUBTOTAL</b>			<b>182.704.363,95</b>
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 1.390/2013		SICOBE ENVASADOR	28.706.701,37
<b>TOTAL</b>			<b>211.411.065,32</b>

#### 5.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR		31/12/2016	31/12/2015
IR e CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário		175.879.235,70	161.063.674,62
COFINS A COMPENSAR - Insumos		491.175.322,33	491.175.322,33
PASEP A COMPENSAR - Insumos		106.705.646,43	106.705.646,43
COFINS A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos		77.617.583,23	77.617.583,23
PASEP A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos		16.816.969,82	16.816.969,82
<b>TOTAL</b>			<b>853.379.196,43</b>

O valor de R\$ 175.879.235,70 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar, são créditos tributários acumulados provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. Os saldos credores de R\$ 491.175.322,33 (quatrocentos e noventa e um milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) e R\$ 106.705.646,43 (cento e seis milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Insumos são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços, utilizados na fabricação de produtos/serviços, com exclusividade conforme legislação vigente.

Os saldos credores de R\$ 77.617.583,23 (setenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) e R\$ 16.816.969,82 (dezesseis milhões, oitocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Departamento da Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

#### 5.6 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

Até o exercício de 2014, a Casa da Moeda do Brasil reconhecia e divulgava as suas contingências ativas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Porém, em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, revisito todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos sub judice, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, conforme quadro a seguir:

PROCESSOS JUDICIAIS – PRATICAMENTE CERTOS	31/12/2016	31/12/2015
ACOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	11.039.609,00	11.039.609,00
DEPTO. DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO	5.008.025,74	5.008.025,74
SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	349.533,12	0,00
APOIO ENGENHARIA E COMUNICACAO	326.772,93	326.772,93
TRIB DE JUSTICA DE SANTA CATARINA	230.024,92	230.024,92
TETRA CAIXA INDUSTRIA E COMERCIO	103.981,00	103.981,00
RDFB&SAVOYA INVEST. E PARTICIPACOES LTDA	97.500,00	97.500,00
CASA DO MENOR TRABALHADOR	69.183,14	0,00
ECO-BRASIL TECNOLOG. MEIO AMBIENTE REC.	59.826,68	59.826,68
HEART LINE METALURGIA E TECNOLOGIA.	27.187,09	27.187,09
INSTIT. BRAS. IMAGEM E COMUNICAC. E ACAO	25.000,00	0,00
PAC PRO APOIO COMUNITARIO	25.000,00	0,00
POLO DE EDUC.GERAL. ACOES SOLID. Z.OESTE	25.000,00	0,00
ASSOC. UNIDOS PELA CORRENTE DO BEM	25.000,00	0,00
CENTRO COMUNITARIO CRISTO VIVE	25.000,00	0,00
MULTY MAKER COMERCIO E REPRESENTACOES	24.587,41	24.587,41
ADAUTO LEITAO DE ARAUJO JUNIOR	23.320,00	23.320,00
UEI I TELECOMUNICACOES LTDA.	20.596,87	20.596,87
CENTRO TECNOLOG. DE RESIDUOS LTDA.	18.563,35	18.563,35
BARRA STEEL COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA	16.274,60	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES.	16.000,00	16.000,00
HEBER SEVERIANO	13.754,39	0,00
RIOMIDIA INFORMATICA LTDA.	10.524,28	10.524,28
EQUIPE DA PAZ	8.433,40	0,00
HEBER MANOEL DA SILVA	7.048,58	0,00
RENATO BEZERRA VANDERLEI	6.910,72	0,00
NOVITA LTDA - ME	6.629,85	0,00
PROGRAMA DE EDUCACAO E FORMACAO	5.817,40	0,00
LAH EVENTOS EIRELI - ME	5.238,10	0,00
COORD-GERAL ORC. FINANÇAS/SGA/AGU.	4.693,22	0,00
CONSTRUTORA SALES EIRELI	4.304,31	4.304,31
WELBORN INFORMAT. DO BRASIL LTDA.	3.534,61	35.334,61
P&K PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	2.890,00	0,00
LUIZ DA SILVEIRA COUTINHO.	2.781,99	0,00
MOKVA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	2.147,50	2.147,50
REIAGRO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	2.002,50	0,00
ASSOC. DOS NORDESTINOS DO BRASIL	1.605,03	0,00
CENTRO CULT HARDY ALVES VIAGENS-CECAHAV	1.069,12	0,00
INSTIT. ESPORTE E SAUDE E CIDADANIA-IESC	1.029,19	0,00
BENEF. ESPORTIVA EDUCACIONAL EDNA FELIZ.	1.000,00	0,00
AÇÃO DE PREST DE CONTAS - CONTRATOS DE PATROCÍNIO	0,00	207.319,88
UNIÃO FEDERAL	0,00	4.634,20
DEPART. ESTADUAL DE TRANSITO DO ES.	0,00	433.219,25
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	0,00	191.623,79
ACOES INDEMNIZATORIAS	0,00	48.432,69
<b>TOTAL</b>	<b>17.647.400,04</b>	<b>17.933.535,50</b>

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS	31/12/2016	31/12/2015
PROCESSOS JUDICIAIS	306.118.590,77	293.570.763,74
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	565.561.670,12	630.935.205,27
<b>TOTAL</b>	<b>871.680.260,89</b>	<b>924.505.969,01</b>

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a CMB passa a divulgar os processos judiciais/administrativos que foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo não provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme especificado no quadro a seguir:

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - NÃO PROVÁVEL	31/12/2016	31/12/2015
PROCESSOS JUDICIAIS	20.994.714,60	5.288.066,61
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	333.750.766,08	242.600.185,10
<b>TOTAL</b>	<b>354.745.480,68</b>	<b>247.888.251,71</b>

Os processos administrativos são originados de pedido de repetição de indébito tributário - ISS referente ao SICOBE e SCORPIOS, além de impugnação ao auto de infração lavrado pela RFB, referente à indefinição de pedido de ressarcimento, consequente multa, relativo ao PIS/COFINS no período de 2008 a 2011.

#### 5.7 – DEPÓSITOS JUDICIAL E RECURSAL

Os valores dos recursos impetrados pela Casa da Moeda do Brasil foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31/12/2016.

CRÉDITOS	31/12/2016	31/12/2015
Judicial	14.644.382,95	11.889.145,40
Recursal (atualizado SELIC)	7.369.702,96	5.284.102,11
<b>TOTAL</b>	<b>22.014.085,91</b>	<b>17.173.247,51</b>

#### 5.8 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	31/12/2016	31/12/2015
BETA SA	11.284,47	11.284,47
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
CIA TROPICAL DE HOTEIS	133.822,38	133.822,38
COPENE (BRASKEN SA)	0,00	77.908,42
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
FACEPA	99.313,93	99.313,93
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
<b>TOTAL</b>	<b>569.139,92</b>	<b>647.048,34</b>

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão em atendimento ao Decreto no. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

PROVISÃO PARA PERDAS	31/12/2016	31/12/2015
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	26.378,82	109.795,40
<b>TOTAL</b>	<b>26.378,82</b>	<b>109.795,40</b>

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários nos valores de R\$ 26.378,82 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) e R\$ 109.795,40 (cento e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) foram constituídas nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente, para ajustar os valores desses Investimentos a valor de mercado.

#### 5.9 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

CRÉDITOS	31/12/2016	31/12/2015
Notas do Tesouro Nacional	1.782.106,92	1.648.241,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.782.106,92</b>	<b>1.648.241,30</b>

DATA BASE		VENCIMENTO	31/12/2016	31/12/2015
01/01/2004	01/01/2020		1.540,93	1.425,17
01/01/2006	01/01/2021		309.934,63	286.653,43
01/01/2014	01/01/2030		1.470.631,36	1.360.162,70
<b>TOTAL</b>			<b>1.782.106,92</b>	<b>1.648.241,30</b>

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de Julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das notas do tesouro nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

#### NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

##### 6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto no. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

CERTIFICADO DE INVESTIMENTO	31/12/2016	31/12/2015
FINOR	459.504,93	459.504,93
FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
PROVISÃO PARA PERDA	(1.668.343,98)	(1.668.729,98)
<b>TOTAL</b>	<b>1.562,61</b>	<b>1.176,61</b>

O ajuste ao valor de mercado implicou em Provisão para perdas de R\$ 1.668.343,98 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos).

##### 6.2 – IMOBILIZADO

##### 6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB não adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para controle e contabilização dos bens patrimoniais.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação de venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

##### 6.2.1.1 – As classes do Ativo Imobilizado foram avaliadas conforme a seguir:

ITENS	31/12/2016	31/12/2015
<b>BENS E VALORES CORRIGIDOS</b>	<b>1.437.907.317,21</b>	<b>1.381.445.956,21</b>
Edifícios	116.171.575,89	96.822.179,62
Terenos	3.883.737,89	3.883.737,89
Outros	0,00	22.280,00
Salas e Escritórios	0,00	9.944.004,63
Instalações	139.482.836,84	137.797.964,12
Coleções e Materiais Bibliográficos	227.181,37	227.181,37
Discotecas e Filмотecas	301.408,64	301.408,64
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	1.118.331.715,08	1.073.349.859,07
Equipamentos e Processamento de Dados	30.734.774,90	30.268.676,37
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	185.094,91	185.094,91
Mobiliário em Geral	24.263.397,24	22.762.874,15
Material de Uso Duradouro	0,00	1.555.100,99
Obras de Artes e Peças para Museu	490.966,90	490.966,90
Veículos Diversos	2.474.898,10	2.474.898,10
Projetos e Softwares	1.359.729,45	1.359.729,45
(-) DEPRECIACAO	(701.064.073,07)	(631.134.598,85)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(900.095,09)	(900.095,09)
<b>IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO</b>	<b>20.471.372,87</b>	<b>23.480.685,73</b>
Obras em Andamento	10.963.856,65	20.801.016,76
Bens Móveis em Almoxarifado	9.507.516,22	2.679.668,97
<b>IMPORTACAO EM ANDAMENTO</b>	<b>537.401,22</b>	<b>40.705.794,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>756.951.923,14</b>	<b>813.597.742,00</b>

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento; e

b) o método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica sendo aplicada a média da estimativa de vida útil dos bens utilizada em 2015, por grupo de ativos.

##### 6.2.1.2 – O valor contábil bruto e a Depreciação Acumulada de vida útil econômica no início e no final do período são:

COMPOSIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	813.597.742,00	846.730.189,34
Aquisições Exercício	13.283.655,36	30.214.231,60
Baixas Imobilizado	0,00	(2.189.148,62)
Depreciação	(69.929.474,22)	(60.756.281,50)
Redução ao Valor Recuperável do Ativo	0,00	(401.248,82)
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>756.951.923,14</b>	<b>813.597.742,00</b>

6.2.1.3 – A CMB não concluiu em tempo hábil a licitação para contratação de empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado/Intangível, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1), bem como o cálculo da depreciação econômica baseada na estimativa de vida útil dos bens. Sendo assim, ficou prejudicado o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment do exercício de 2016, exigidos pela legislação societária.

As aquisições referentes ao exercício 2016 somam R\$ 13.283.655,36 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) distribuídos em diversas contas patrimoniais.

Desse montante, R\$ 8.180.892,84 (oito milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) foram ativados no decorrer do exercício, gerando um impacto de depreciação na ordem de R\$ 741.930,57 (setecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

O valor de R\$ 5.102.762,52, ( cinco milhões, cento e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), corresponde as aquisições de microcomputadores iniciadas em dezembro de 2016.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR AQUISIÇÃO	IMPACTO DEPRECIACAO
MOVEIS E UTENSILIOS	360	1.346.582,78	129.393,22
MAQUINAS MOTORES E EQUIP. INDU	24	3.142.418,61	269.215,02
INSTALACOES SANTA CRUZ	41	970.028,81	97.885,60
EDIFICIOS SANTA CRUZ	1	1.629.675,56	62.957,71
BENS SUJEITO A AFERICAO	5	3.603,00	355,28
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2	3.200,00	326,26
COMPUTADOR/NOTEBOOK	1	5.177,55	713,92
IMPRESSORA P/MICROCOMPUTADOR	1	3.123,75	408,75
EQUIPAMENTOS PARA REDE DE MICR	8	451.151,03	61.819,74
DIREITO DE USO DE SISTEMA	3	625.931,75	118.855,07
<b>TOTAL</b>	<b>446</b>	<b>8.180.892,84</b>	<b>741.930,57</b>

Nº CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR DO CONTRATO (EM R\$)	VALOR REALIZADO (EM R\$)	SALDO CONTRATUAL (EM R\$)
0232/2011	Naturesani Engenharia	2.828.723,84	2.240.056,92	588.666,92
0256/2014	MFNET Comércio e Serviço	102.108,00	83.108,00	19.000,00
0975/2011	Construtora Litorânea	8.048.599,81	8.048.599,81	0,00
0196/2015	MR do Brasil	762.106,11	592.091,92	170.014,19
<b>TOTAL</b>		<b>11.741.537,76</b>	<b>10.963.856,65</b>	<b>777.681,11</b>

### 6.2.3 – IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO

Ao longo do exercício de 2016 a CMB em acompanhamento das importações de equipamentos, validou a ativação de R\$ 40.464.931,03 (quarenta milhões, quatrocentos e sessenta quatro mil, novecentos e trinta e um reais e três centavos), restando ainda o valor de R\$ 537.401,22 (quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e um reais e vinte e dois centavos).

Nº CONTRATO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALORES (EM R\$)
0275/2014	Equipamento de instabilidade dimensional	48.778,88
0288/2014	Forno à Vácuo para tratamento térmico	56.398,71
0223/2014	Ferramentas de perfuração completas	432.223,63
<b>TOTAL</b>		<b>537.401,22</b>

### 6.3 – ATIVO INTANGÍVEL

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual se define como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação de venda.

O valor total no exercício de 2016 de amortização é de R\$ 4.810.758,56 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), apurados pelos métodos de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 até dezembro/2015, e aplicada a taxa fiscal na depreciação/amortização nos bens adquiridos no Exercício de 2016.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Intangível:

COMPOSIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	39.765.213,01	39.191.869,01
Aquisição do Exercício	762.386,75	573.344,00
Amortização	(35.143.304,42)	(30.332.545,86)
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.384.295,34</b>	<b>9.432.667,15</b>

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;

b) o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007 e depreciação fiscal referente às aquisições de 2016; e

c) a vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

### 6.4 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)

A CMB não concluiu em tempo hábil a licitação para contratação de empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado/Intangível, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1), bem como o cálculo da depreciação econômica baseada na estimativa de vida útil dos bens. Sendo assim, ficou prejudicado o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment do exercício de 2016, exigidos pela legislação societária.

É importante destacar elementos que podem ser considerados como fatores da desnecessidade, momentânea em 2016, de realização do teste de impairment, face à inexpressiva relevância de valores ínfimos dos últimos testes de impairment, realizados de 2012 a 2015, comparativamente ao montante do Imobilizado nesses exercícios, e ainda, frente à baixa realização de aquisições de Bens Patrimoniais no exercício 2016, sendo:

#### VALORES (EM R\$)

PERÍODO	IMPAIRMENT	IMOBILIZADO TÉCNICO
2012	273.289,39	896.476.081,38
2013	144.351,68	889.320.956,41
2014	81.205,20	846.730.169,34
2015	401.248,82	813.597.742,00

As aquisições referentes ao exercício 2016 somam R\$ 13.283.655,36 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) distribuídos em diversas contas patrimoniais.

Acrescem ainda as circunstâncias, os seguintes fatos favoráveis à CMB:

Os bens são novos, com aproximadamente 40% desse valor internado em dezembro/2016;

Para esses novos bens adquiridos ao final de 2016, não seria necessário o cálculo da depreciação econômica;

Observada a Lei 11.638, §3º inciso I, combinado com as regras do item 6 a 12 do CPC 01, verifica-se que o teste de impairment se aplicado nesses novos bens em 2016 seria negativo.

Finalmente considerando que, os bens até o exercício de 2015, estão com a vida útil avaliada, e, combinado com os fatos anteriormente descritos, a Administração da empresa entende ser possível e não prejudicial à empresa realizar o teste de impairment, nos bens adquiridos em 2016, no início do exercício seguinte, ou seja, em 2017, ocasião em que a CMB dará continuidade ao certame licitatório, objeto do processo CMB 18750.001500/2015, para contratação de empresa especializada para realizar o inventário geral dos bens patrimoniais, conjugado com o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment.

### NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

#### 7.1 – FORNECEDORES

#### VALORES (EM R\$)

FORNECEDORES	31/12/2016	31/12/2015
NACIONAIS	36.149.102,36	20.855.001,65
ESTRANGEIROS	802.187,96	9.314.993,84
SICUBE E SCORPIOS	0,00	314.690.025,98
<b>TOTAL</b>	<b>36.951.290,32</b>	<b>344.860.021,47</b>

Na rubrica de Fornecedores o valor referente aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICUBE e SCORPIOS foi reclassificado para conta Provisão para Custos e Serviços a Faturar no montante de R\$ 314.232.566,60 (Trezentos e quatorze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos).

O aumento na variação de fornecedores nacionais é detalhado no quadro a seguir:

#### VALORES (EM R\$)

VARIAÇÃO DE FORNECEDORES	31/12/2016
IC SUPPLY ENGENHARIA LTDA	1.720.598,80
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.	5.217.176,11
LTA RH INFORMATICA COMÉRCIO REPRESENTACOES LTDA	508.692,22
VIACAO CIDADE DO AÇO LTDA	1.653.775,90
GREENCARD SA REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.105.151,35
IMTEP - INST.DE MEDICINA E SEG. DO TRAB. DO EST.PR - LTDA	1.224.540,86
TECHNOPACK INDÚSTRIA COM E SER DE ROTULAGEM - LTDA	1.096.293,47
FEDRIGONI BRASIL PAPIÉS LTDA	1.226.289,24
PAN SEGUROS S.A	853.528,06
XL SEGUROS BRASIL S.A	746.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.352.046,01</b>

### 7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 12.886.417,61 (doze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

#### VALORES (EM R\$)

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2016	31/12/2015
PESSOAL A PAGAR	81.288,15	406.135,66
INSS A RECOLHER	9.308.246,95	8.713.520,30
FGTS A RECOLHER	3.373.413,69	3.184.512,19
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (SESI/SENAI)	123.468,82	696.681,28
<b>TOTAL</b>	<b>12.886.417,61</b>	<b>13.000.849,43</b>

### 7.2.1 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 46.136.341,01 (quarenta e seis milhões, centro e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e um centavo) foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

#### VALORES (EM R\$)

PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias	46.136.341,01	45.195.881,98
<b>TOTAL</b>	<b>46.136.341,01</b>	<b>45.195.881,98</b>

### 7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

Em 2016 com impacto da ADE RFB 75/2016, que suspende a obrigatoriedade do SICUBE a partir de 13/12/2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, decorrentes do Negócio "Selos de Rastreabilidade SICUBE" em 2017, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 (Selos de Controle Fiscal Impressos) e 4811 (Selos de Rastreabilidade, SCORPIOS e SICUBE), o que terá efeitos relevantes no fluxo de caixa da CMB para o próximo exercício. Neste contexto, a Administração irá propor retenção dos Lucros, impossibilitando assim o pagamento de Dividendos, PLR a empregados e RVA para dirigentes. Diante desse fato foi provisionado 6,25% do Lucro Líquido em conformidade com a Resolução CCE nº 10, de 30/05/1995, em seu artigo 2º, parágrafo único.

#### VALORES (EM R\$)

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	31/12/2016	31/12/2015
Participação dos Empregados no Lucro	3.572.955,53	28.022.129,07
Exercício Anterior	128.191,49	167.919,18
<b>TOTAL</b>	<b>3.701.147,02</b>	<b>28.190.048,25</b>

### 7.4 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao CPC 05 (R1), o valor de R\$ 411.344,52, (quatrocentos e onze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) corresponde a retenção de 02 (dois) honorários de cada Dirigente, relativos ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2016. O quadro a seguir contempla a composição do saldo da conta:

#### VALORES (EM R\$)

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração Variável Anual dos Dirigentes	411.344,52	430.722,53
Exercício Anterior	458.111,20	237.372,41
<b>TOTAL</b>	<b>869.455,72</b>	<b>668.094,94</b>

O saldo referente ao exercício anterior de R\$ 458.111,20 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e onze reais e vinte centavos) refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 02 (dois) exercícios subsequentes.

Em função da proposta de retenção dos Lucros de 2016, o pagamento da RVA 2016 somente poderá ocorrer após a efetivação do pagamento à União dos Dividendos Mínimos Obrigatórios.

### 7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 13.159.173,23 (treze milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e setenta e três reais e vinte e três centavos) corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2016	31/12/2015
IRRF - EMPREGADOS	8.267.205,57	7.176.938,06
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	1.135.159,03	420.635,62
TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS	3.228.729,51	123.556,24
ICMS A RECOLHER	61.168,71	94.800,63
ISS RETIDO DE TERCEIROS	70.936,86	278.720,72
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO	30.198,60	35.311,03
PASEP DIFERIDO	70.397,70	70.397,70
COFINS DIFERIDO	295.377,25	295.377,24
<b>TOTAL</b>	<b>13.159.173,23</b>	<b>8.495.737,24</b>

A variação na conta Contribuição Federal a Recolher, justifica-se pela mudança de critério adotado na implantação do SIGACTB, onde o pagamento da retenção da contribuição federal, via DARF, era na data do efetivo pagamento do fornecedor, mudando atualmente para o vencimento no 20º dia do mês subsequente ao pagamento ao fornecedor.

### 7.6 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2016	31/12/2015
SRF - SELO FÍSICO	24.671.212,64	44.439.962,55
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICUBE	26.388.682,63	181.732.188,34
DIVERSOS CLIENTES	343.058,36	535,36
<b>TOTAL</b>	<b>51.402.953,63</b>	<b>226.172.686,25</b>

O valor de R\$ 24.671.212,64 (vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) refere-se a recebimentos ainda não identificados, assim que forem conciliados serão faturados no exercício de 2017. O valor de R\$ 26.388.682,63 (vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) refere-se ao repasse da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB do programa SICUBE/SCORPIOS, ainda não identificados até o mês de agosto de 2016.

A redução no programa SCORPIOS/SICUBE na ordem de R\$ 155.343.505,71 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) refere-se à descontinuidade do programa no ano de 2016, em atendimento ao Ato Declaratório Executivo – ADE – nº 075, a partir de 13 de dezembro de 2016.

### 7.7 – PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR

FORNECEDORES	31/12/2016	31/12/2015
SICUBE E SCORPIOS	408.217.723,86	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>408.217.723,86</b>	<b>0,00</b>

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 e 4811.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 e 4811 para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

O ajuste procedido pela STN nos códigos de DARF 4805 e 4811 além de ocasionar a retenção dos valores arrecadados, acarretou no não envio dos arquivos gerenciais do Programa SICUBE/SCORPIOS, através do SIAFI, o que impossibilitou a reconciliação dos dados necessários para validação e consequente emissão da fatura referente ao pagamento do prestador de serviços contratado pela CMB nos meses de agosto a dezembro de 2016, ainda pendentes de pagamento ao fornecedor.

No exercício de 2016 o montante de R\$ 314.232.566,60 (Trezentos e quatorze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), foi transferido da rubrica de Fornecedores Nacionais, referente aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICUBE e SCORPIOS, para a conta Provisão para Custos e Serviços a Faturar.

### 7.8 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	87.194.582,66	339.809.841,22
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	29.646.158,10	115.535.346,01

ADICÕES/EXCLUSÕES	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Teste de Impairment	0,00	(401.248,82)
Provisões/Reversões p/Contingências	8.498.854,31	(767.062,97)
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	51.096.833,74	2.101.459,15
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(83.802,58)	110.785,27
Participação do Lucro Diretoria	411.344,52	430.722,53
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	241.873,08	0,00
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	34.757.164,35	(19.133.948,09)
Dividendos Recebidos	(10.354,53)	(5.632,97)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(81.878.918,09)	(285.155.392,27)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(8.454,00)	(93.296,68)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	0,00	(23.905.819,05)
<b>TOTAL ADICÕES/EXCLUSÕES</b>	<b>13.024.540,80</b>	<b>(326.819.433,90)</b>

BASE DE CÁLCULO LALUR	71.560.688,45	(15.462.444,21)
-----------------------	---------------	-----------------

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	17.012.015,73	0,00
Contribuição Social	6.022.173,77	0,00

ALÍQUOTA EFETIVA	26,42%	0,00%
------------------	--------	-------

Em 2016, a apuração da base para o cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social parte do Lucro antes dos Impostos e Contribuições onde foram excluídas 98,40% das receitas da CMB por terem caráter de exclusividade, além de um valor relevante de PECLD, indutível ao FISCO, como também os valores referentes a não realização do Teste de Impairment e o cálculo da Depreciação Fiscal. Sendo assim, a alíquota efetiva do cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social foi de 26,42% do lucro líquido do exercício.

### 7.9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor de R\$ 1.820.889,55 (um milhão, oitocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) corresponde a outras obrigações de curto prazo com destaque para Depósitos e Cauções no valor de R\$ 893.915,85 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos) relativos às garantias de cumprimento dos contratos celebrados pela CMB com seus fornecedores e prestadores de serviços.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2016	31/12/2015
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.820.889,55	1.606.737,84
<b>TOTAL</b>	<b>1.820.889,55</b>	<b>1.606.737,84</b>

### 7.10 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Em dezembro de 2016 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 28.837,24 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) e a menor foi de R\$ 2.332,83 (dois mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 9.140,72 (nove mil, cento e quarenta reais e setenta e dois centavos). Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

REMUNERAÇÃO	31/12/2016	31/12/2
-------------	------------	---------

**NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A Diretoria Executiva em observância ao disposto nos Incisos III e XIII do art. 13 c/c os arts. 18, inciso I, e art. 36 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2016 à apreciação para deliberação e aprovação do Conselho de Administração, a saber:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
1 - Lucro Líquido do Exercício	60.176.093,11	311.356.989,62
2 - Reserva Legal Constituída	(3.008.804,66)	(15.567.849,48)
3 - Base de Cálculo para os Dividendos	57.167.288,46	295.789.140,14
4 - Remuneração a pagar à União	14.291.822,11	112.991.451,53
4.1 - Dividendos a Pagar - Mínimo Legal	14.291.822,11	73.947.285,03
4.2 - Remuneração Adicional Proposta	0,00	39.044.166,50
5 - Reserva para Investimento	42.875.466,34	182.797.688,61

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A proposta de retenção da destinação de Dividendos à União relativos ao exercício de 2016, no montante de R\$14.291.822,11 (quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos), correspondendo a parcela obrigatória de 25,0% do lucro líquido do exercício de 2016 depois de deduzida a reserva legal de 5,0%, visto que o resultado econômico de 2016 está incompatível com a projeção de fluxo de caixa da CMB para o exercício de 2017.

A apresentação da proposta de retenção de Dividendos à União relativos ao exercício de 2016 atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

**NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL**

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos), pertencente integralmente à União.

CAPITAL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
<b>TOTAL</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>1.360.677.814,09</b>

**NOTA 11 – RESERVAS**
**11.1 – RESERVAS DE LUCRO**
**11.1.1 – RESERVA LEGAL**

Ao encerramento do exercício de 2016 foram destinados obrigatoriamente 5% (cinco por cento) do lucro líquido à Reserva Legal, cujo valor constituído foi de R\$ 3.008.804,66 (três milhões, oito mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme prevê o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

RESERVA DE LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Legal	18.576.654,14	15.567.849,48
<b>TOTAL</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>15.567.849,48</b>

**11.1.2 – RESERVA PARA INVESTIMENTO**

Ao encerramento do exercício de 2016 foi destinado para a Reserva de Investimento o valor R\$ 42.875.466,34 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) cuja finalidade é atender ao Orçamento de Capital de 2017 a ser aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal, com base nos Orçamentos de Investimentos que compõem o Plano Plurianual da CMB de 2016 a 2019, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

RESERVA DE LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Reserva para Investimento	809.863.466,32	766.987.999,98
<b>TOTAL</b>	<b>809.863.466,32</b>	<b>766.987.999,98</b>

**NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
**12.1 – RECEITA BRUTA OPERACIONAL**

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Produtos Monopolizados	525.286.498,49	528.502.515,54
Produtos não Monopolizados	4.136.217,68	13.587.436,96
Serviços Monopolizados	1.858.478.251,91	1.855.154.625,68
Serviços não Monopolizados	20.734.329,22	13.669.320,83
Outras Vendas	208.115,50	591.508,36
IPI Contido no Faturamento Bruto	(387.259,29)	(505.430,41)
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>2.408.456.153,51</b>	<b>2.410.999.976,96</b>

A redução da Receita Bruta de 2016 justifica-se pela retenção de 30% referente à DRU nas receitas advindas dos Programas SICOBE/SCORPIOS, na ordem de R\$ 187.339.604,32 (cento e oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

**12.2 – LUCRO BRUTO OPERACIONAL**

DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Devolução de Vendas	(308.393,20)	(243.325,12)
ICMS	(1.265.633,78)	(2.417.643,63)
ISS	(1.013.424,82)	(431.987,40)
PASEP	(396.370,11)	(191.043,85)
COFINS	(1.829.326,96)	(879.959,53)
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.866.667.831,89)	(1.625.834.072,90)
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>536.975.172,75</b>	<b>781.001.944,53</b>

A redução do Lucro Bruto Operacional de 2016 justifica-se pela retenção de 30% referente à DRU nas receitas advindas dos Programas SICOBE/SCORPIOS, na ordem de R\$ 187.339.604,32 (cento e oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quatro reais e trinta e dois centavos), aliado à constituição de provisão de custos na ordem de 100% das contagens de agosto a dezembro de 2016.

**12.3 – DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS**

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Pessoal	(332.500.804,07)	(326.025.356,97)
Despesas com Insumos	(4.532.225,66)	(11.034.357,08)
Despesas com Serviços	(76.370.379,06)	(125.852.861,75)
Despesas de Depreciação e Amortização	(16.143.662,02)	(23.093.441,89)
Outras Despesas Administrativas	(12.396.822,24)	(11.498.637,45)
Despesas Comerciais	(732.560,83)	(645.237,28)
Despesas Tributárias	(3.869.897,37)	(2.492.451,72)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(49.867.638,61)	1.521.411,60
<b>DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(496.413.989,86)</b>	<b>(499.120.932,54)</b>

Em virtude da implementação do módulo contábil de um novo sistema integrado, alterando a utilização da modalidade do SIAFI Total para o SIAFI Parcial no exercício de 2016 ficou prejudicada a comparabilidade das contas contábeis de resultado, com o Plano de Contas (PCASP) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado anteriormente, principalmente a composição das contas de despesas em relação ao exercício de 2015, em decorrência de aglutinação de várias contas contábeis de mesma natureza, ficando restrita a análise gerencial dessas contas.

A rubrica Outras Despesas (Receitas) Operacionais sofreu o efeito das constituições e reversões de provisões para crédito de liquidação duvidosa de clientes.

**12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	65.741.699,54	40.004.194,28
Juros sobre Créditos Tributários	21.322.962,35	25.999.635,18
Atualizações Monetárias	3.326.328,63	2.826.438,27
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	4.740.324,38	1.861.431,67
Juros sobre Créditos a Receber	16.320,00	1.302.357,16
Receita de Dividendos	10.354,53	5.632,97
Outras Receitas Financeiras	417.491,77	2.311.792,19
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>95.575.391,20</b>	<b>74.311.481,72</b>
Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar	(2.450.880,35)	(3.669.704,12)
Despesas Financeiras	(353.000,56)	0,00
Variação Cambial sobre Fornecedores no Exterior	(3.367.962,73)	(2.952.063,32)
Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contraída	(28.659.054,36)	(32.189.403,42)
Atualização Monetária sobre Dividendos à União	(8.870.390,93)	(4.901.552,67)
Outras Despesas Financeiras	(3.187.246,59)	(1.122.780,56)
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	(6.037.755,96)	0,00
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(52.926.291,48)</b>	<b>(44.835.504,09)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>42.649.099,72</b>	<b>29.475.977,63</b>

Destacam-se do Resultado Financeiro Líquido, o crescimento dos Rendimentos sobre Aplicação Financeira resultado de juros auferidos das aplicações no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

**NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a constituição da Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, com fulcro nas disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6404/76 e suas alterações, originadas pela decisão da Administração na Retenção dos Lucros.

**NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

**NOTA 15 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA**

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

**15.1 Plano previdenciário e outros benefícios a empregados**
**15.1.1 Da Controladora**
**15.1.1.1 Programa Previdenciário**

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PBDC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é a de assegurar uma renda na inatividade como contra partida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado

sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- Complementação de Aposentadoria Especial
- Benefício de Pensão
- Benefício de Abono Anual
- Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo
- Resgate de Contribuições
- Benefício Proporcional Diferido
- Auto patrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Fazenda.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2016, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 438.736.413,15 (quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais e quinze centavos). Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 325.392.059,00 (trezentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e dois mil e cinquenta e nove reais), revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 113.344.354,15 (cento e treze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) e de acordo com o Artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e o Artigo 29 da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, que regulamentam o equacionamento do déficit entre o patrocinador e os participantes e assistidos pelo Plano em proporções iguais. Desta forma, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

**a) Taxa de Juros de Longo Prazo**

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B
2017	18.879.047,63	17.730.467,92	1,0648
2018	19.267.084,44	17.150.872,43	1,0599
2019	19.724.739,13	16.584.729,21	1,0595
2020	19.983.274,51	15.830.357,42	1,0600
2021	19.569.083,10	14.601.173,42	1,0603
2022	19.409.051,54	13.636.238,12	1,0606
2023	19.415.988,98	12.883.700,94	1,0603
2024	19.327.051,76	12.144.350,37	1,0598
2025	19.243.581,91	11.409.606,75	1,0598
2026	19.237.878,28	10.741.621,38	1,0600
2027	18.843.184,87	9.925.633,69	1,0600
2028	18.245.523,65	9.066.747,76	1,0600
2029	16.819.469,18	7.884.946,55	1,0600
2030	16.497.635,84	7.440.173,51	1,0585
2031	16.157.447,48	6.883.849,12	1,0585
2032	14.975.957,06	6.027.683,15	1,0585
2033	14.566.062,69	5.538.539,32	1,0585
2034	14.025.143,95	5.037.993,88	1,0585
2035	12.246.556,87	4.115.567,85	1,0591
2036	11.719.025,76	3.718.619,86	1,0591
2037	18.879.047,63	17.730.467,92	1,0648

Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B
2038	11.111.910,78	3.329.304,64	1,0591
2039	10.245.184,81	2.898.405,20	1,0591
2040	9.328.061,85	2.491.754,40	1,0591
2041	8.048.995,88	2.055.953,58	1,0585
2042	5.519.349,17	1.331.871,89	1,0585
2043	846.159,02	192.898,81	1,0585
2044	644.652,47	138.837,31	1,0585
2045	472.115,81	96.057,68	1,0585
2046	338.112,45	64.127,25	1,0590
2047	276.553,05	49.529,36	1,0590
2048	236.909,00	40.065,32	1,0590
2049	216.295,40	34.541,18	1,0590
2050	179.469,37	27.063,44	1,0590
2051	154.705,05	22.174,75	1,0588
2052	105.030,35	14.218,57	1,0588
2053	88.734,51	11.345,42	1,0588
2054	80.994,14	9.780,67	1,0588
2055	63.254,23	7.214,25	1,0588
2056	55.712,89	6.089,93	1,0584
Total	396.164.988,87	221.174.106,29	1,0595

**b) Inflação**

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 4,80% para 2017, conforme indicação do Banco Central do Brasil através de seu Boletim Focus.

**c) Taxa Real de Crescimento Salarial**

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de reajuste salarial da Patrocinadora, bem como pela análise das taxas utilizadas pelo mercado, principalmente por empresas estatais patrocinadoras de planos de previdência, o que resultou em uma taxa anual de 2%.

**d) Taxa de Rotatividade**

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

**e) Tábuas Biométricas**

As massas populacionais vinculadas aos programas de benefícios pós-emp

Movimentação das obrigações e ativos financeiros do valor justo dos ativos do plano			
Item	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>510.420.312,00</b>	<b>434.104.103,33</b>	<b>438.736.413,15</b>
Custo do serviço corrente	8.807.342,00	6.863.076,14	4.905.986,22
Juros sobre a obrigação atuarial	66.419.804,95	57.647.955,59	46.333.779,43
(Ganhos)/Perdas atuariais	(129.187.444,76)	(36.015.909,38)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(22.355.910,86)	(23.862.812,53)	(18.879.047,63)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>434.104.103,33</b>	<b>438.736.413,15</b>	<b>471.097.131,16</b>

Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício			
Item	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>252.587.872,00</b>	<b>272.171.855,73</b>	<b>325.392.059,00</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	32.935.841,95	36.892.958,68	35.702.252,46
Contribuições patronais normais	8.442.616,00	7.363.397,68	7.871.177,59
Contribuições normais participantes	7.867.281,24	8.545.425,15	9.134.717,67
(-) Benefícios pagos	(22.355.910,86)	(23.862.812,53)	(18.879.047,63)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(7.305.844,60)	24.281.234,29	0,00
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>272.171.855,73</b>	<b>325.392.059,00</b>	<b>359.221.159,08</b>
(Déficit)/Superávit apurado	(161.932.247,60)	(113.344.354,15)	(111.875.972,08)
Risk Sharing	80.966.123,80	56.672.177,07	55.937.986,04
Contrato de dívida	20.329.027,48	14.991.946,04	6.776.342,52
<b>Passivo ao final do exercício</b>	<b>(60.637.096,32)</b>	<b>(41.680.231,03)</b>	<b>(49.161.643,52)</b>

Composição dos ativos financeiros marcados à mercado			
Item	31/12/2016	%	31/12/2015
Fundos de investimento	255.658.565,00	79%	250.635.054,98
Ações	36.434.298,00	11%	0,00
Investimentos Imobiliários	12.113.709,00	4%	10.864.486,78
Empréstimos e Financiamentos	10.701.912,00	3%	10.618.480,35
Outros	80.142,19	0%	79.079,54
Disponível	9.423,04	0%	952,40
Outras exigibilidades (-)	(867,35)	0%	(26.198,32)
Ajuste a mercado	10.394.877,13	3%	0,00
<b>Ativo Líquido</b>	<b>325.392.059,00</b>	<b>100%</b>	<b>272.171.855,73</b>

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA			
Item	31/12/2016		
<b>Saldo no início do exercício</b>			<b>(3.775.356,68)</b>
<b>Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano</b>			<b>(39.211.540,65)</b>
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações			(18.007.954,69)
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros			(12.140.617,14)
50% do Custo do ano			(10.127.337,68)
50% da contribuição dos participantes			(4.272.712,58)
Variação do contrato de dívida			5.337.081,44
<b>Saldo no final do ano</b>			<b>(42.986.897,33)</b>

Movimentação do passivo atuarial líquido			
Item	31/12/2016		
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício	60.637.096,32		
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado	(39.211.540,65)		
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	20.254.675,37		
Custo do serviço corrente	6.863.076,14		
Juros sobre a obrigação atuarial	57.647.955,59		
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos	(36.892.958,68)		
(-) Contribuições normais do patrocinador	(7.363.397,68)		
Passivo atuarial líquido no final do exercício	41.680.231,03		
Reversão em DRE da parcela devida pelos participantes do plano	(10.127.337,68)		
Passivo atuarial líquido no final do exercício - parte Patrocinador	31.552.893,35		
<b>Ajuste de despesa já reconhecido em 2016</b>	<b>591.013,73</b>		

Composição dos (ganhos)/perdas do exercício			
Item		Impacto (em R\$)	
Redução da taxa de desconto		53.930.977,30	
Rentabilidade financeira do exercício		(24.281.234,29)	
Redução da massa populacional		(60.637.644,88)	
Ajustes de experiência		(8.223.638,79)	
<b>(Ganho)/Perda ao final do exercício</b>		<b>(39.211.540,65)</b>	

Composição do Passivo - Obrigações com Entidade de Previdência Privada			
Item			
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.667.612,52</b>		
Obrigações Com Entidade de Previdência	7.667.612,52		
Contrato de Dívida	7.667.612,52		
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>38.877.226,87</b>		
<b>Obrigações Com Entidade de Previdência</b>	<b>38.877.226,87</b>		
Contrato de Dívida	7.324.333,52		
Resultado de Avaliação Atuarial	31.552.893,35		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>46.544.839,39</b>		

Projeção dos Custos para 2017

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas			
Item		31/12/2017 (em R\$)	
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício		48.417.195,61	
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		(2.083.416,18)	
<b>Juros líquidos sobre as obrigações calculadas</b>		<b>46.333.779,43</b>	

Rentabilidade esperada para o próximo exercício			
Item		31/12/2017 (em R\$)	
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros		35.908.966,06	
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores		1.876.702,58	
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios		(2.083.416,18)	
<b>Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros</b>		<b>35.702.252,46</b>	

Receita/(despesa) projetada para 31/12/2017			
Item		31/12/2017 (em R\$)	
Custo do serviço corrente		4.905.986,22	
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		46.333.779,43	
(-) Contribuições esperadas de participantes		(9.134.717,67)	
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros		(35.702.252,46)	
Total da despesa/(receita) apurada		6.402.795,52	
Risk Sharing		(3.201.397,76)	
<b>Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício</b>		<b>3.201.397,76</b>	

Teste de sensibilidade das hipóteses

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas			
Taxa	Total da Obrigação	Varição %	
Real	438.736.413,15	0%	
Aumento (1%)	383.514.977,46	-13%	
Redução (1%)	498.835.553,66	14%	

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas			
Taxa	Total da Obrigação	Varição %	
Real	438.736.413,15	0%	
Aumento (1%)	446.841.906,05	2%	
Redução (1%)	430.994.736,99	-2%	

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**

**Administradores e Acionistas da CASA DA MOEDA DO BRASIL**

**Rio de Janeiro - RJ**

**Opinão**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CASA DA MOEDA DO BRASIL (EMPRESA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Fato Relevante**

Chamamos a atenção para o divulgado na nota explicativa 18 quanto ao auto de infração da Receita Federal por meio do Processo 10166-722.980/2014-70, onde foi negado o direito de creditação dos saldos credores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, advindos de aquisição de insumos de produtos exclusivos, principalmente dos Programas SICOB/SCORPIOS, cujas receitas são isentas de contribuições, em função da imunidade tributária recíproca de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal e por força da obrigatória vinculação da pessoa jurídica referenciada ao regime cumulativo, conforme determinam o artigo 10, inciso IV da Lei 10.833/2003, e o artigo 8º, inciso IV da Lei 10.637/02, no período de apuração de 01/04/2008 a 31/12/2011. Durante esse período de apuração os produtos monopolizados não estavam abrangidos pela imunidade a impostos e gozavam de isenção prevista com base na Lei 5.895/73, Lei de criação da Casa da Moeda.

Após julgado improcedente a defesa da CMB, foi apresentado recurso ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais - CARF, que também não reconheceu o direito creditório, por considerar que a CMB deveria calcular o PIS/PASEP e COFINS sob regime cumulativo, o qual não prevê a tomada de crédito.

Deste modo a Receita Federal indeferiu todos os pedidos de ressarcimento apresentados pela CMB no período de 01/04/2008 a 31/12/2011, perfazendo um total de 24 PERD'SCOMP, num montante de R\$ 195.854.950,20, Mesmo cabendo ainda Recurso Especial no CARF, a CMB começará a estudar a possibilidade de mudança de regime de tributação em prática, visando adequação à decisão proferida pelo CARF. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Continuidade Operacional**

Na nota explicativa 19 a Empresa divulga que avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e ainda, que não há uma nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

15.1.1.2. Resultados apurados

Mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em 50%, conforme demonstrado no quadro "Movimentação das Obrigações e Ativos Financeiros", linha Risk Sharing, no montante de R\$ 56.672.177,07 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e sete centavos);

Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes (ORA) foi calculado descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes. Essa contabilização está demonstrada no item 6.3 e 6.5 deste Relatório.

O custo projetado para 2017, em consonância com a prática adotada pela empresa, também exclui a parcela de equacionamento do déficit de responsabilidade dos participantes do plano.

**NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)**

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifirão (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda (MF) e a atual Secretária de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades, sendo que a nova data prevista para sua conclusão é 08/01/2018.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma, reprogramando as demais ações conforme exposto no cronograma abaixo:

Item	Descrição da Etapa/Atividade	Responsável	Prazo Previsto	Novo Prazo
11	Providências do patrocinador para envio do processo e obtenção de resposta junto ao seu órgão de supervisão	CMB/MF / DEST	18/12/2014	01/06/2016
12	Comunicado aos participantes e assistidos do processo	CIFRÃO	19/01/2015	24/03/2017
13	Montagem do dossiê para o envio do pedido de aprovação para a PREVIC	CIFRÃO	29/01/2015	24/03/2017
14	Análise do processo pela PREVIC	PREVIC	20/03/2015	13/05/2017
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC			
16	Elaboração dos termos individuais	CIFRÃO	19/04/2015	12/06/2017
17	Criação de simulador	CIFRÃO	19/04/2015	12/06/2017
18	Campanha de divulgação	CIFRÃO	18/06/2015	11/08/2017
19	Período de opção dos participantes	CIFRÃO	17/08/2015	10/10/2017
20	Implantação operacional da opção	CIFRÃO	16/09/2015	09/11/2017
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos planos	CIFRÃO	16/10/2015	09/12/2017
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	CIFRÃO	15/11/2015	08/01/2018

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

**NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 42.986.897,33 (quarenta e dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) como Outros Resultados Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.

**NOTA 18 – EVENTO SUBSEQUENTE**

A CMB recebeu um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB por meio do Processo 10166-722.980/2014-70, onde foi negado o direito de creditação dos saldos credores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, advindos de aquisição de insumos de produtos exclusivos, principalmente dos Programas SICOB/SCORPIOS, cujas receitas são isentas de contribuições, em função da imunidade tributária recíproca de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal e por força da obrigatória vinculação da pessoa jurídica referenciada ao regime cumulativo, conforme determinam o artigo 10, inciso IV da Lei 10.833/2003, e o artigo 8º, inciso IV da Lei 10.637/02, no período de apuração de 01/04/2008 a 31/12/2011.

Durante esse período de apuração os produtos monopolizados não estavam abrangidos pela imunidade a impostos e gozavam de isenção prevista com base na Lei 5.895/73, Lei de Criação da Casa da Moeda.

Após julgado improcedente, a defesa da CMB apresentou recurso ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais - CARF, que também não reconheceu o direito creditório, por considerar que a CMB deveria calcular o PIS/PASEP e COFINS sob o regime cumulativo, o qual não prevê a tomada de crédito.

Deste modo a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB indeferiu todos os pedidos de ressarcimento apresentados pela CMB no período de 01/04/2008 a 31/12/2011, perfazendo um total de 24 PERD'SCOMP, num montante de R\$ 195.854.950,20 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e vinte centavos).

Mesmo cabendo ainda Recurso Especial no CARF, a CMB começará a estudar a possibilidade de mudança no regime de tributação em prática, visando adequação à decisão proferida pelo CARF.

A Casa da Moeda do Brasil ainda está em negociações com o Banco Central do Brasil para firmar o contrato de fornecimento de cédulas e moedas para o exercício de 2017. Do mesmo modo, continuam as tratativas com o Departamento de Polícia Federal para formalização de novo contrato para fornecimento de carteira de passaporte.

**NOTA 19 – CONTINUIDADE OPERACIONAL**

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 323 anos de existência, 100% pública, mas independente do Orçamento Geral da União, que vem há 15 anos consecutivos apresentando lucro. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2016.

ALEXANDRE BORGES CABRAL

PRESIDENTE

CPF Nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO

DIRETOR DE GESTÃO

CPF Nº 473.420.481-00

LARA CARACCILO AMORELLI

DIRETORA DE PASSAPORTES

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, a luz de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado o relatório anual da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações: de resultado, do fluxo de caixa, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido, e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho examinou também, a proposta do orçamento de capital para o exercício de 2017, elaborado nos termos do artigo 196 da lei n. 6.404/1976, e da distribuição do resultado do exercício de 2016 conforme abaixo:

Lucro Líquido do Exercício de 2016	R\$ 60.176.093,11
Reserva Legal Constituída	(R\$ 3.008.804,66)
Base de Cálculo para os Dividendos	R\$ 57.167.288,46
Resultado Atribuível à União (mínimo legal)	R\$ 14.291.822,11
Reserva para Investimento	R\$ 42.875.466,34

Dessa forma, com base nos documentos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, nas análises procedidas em reuniões ocorridas mensalmente durante o exercício, nos esclarecimentos obtidos, e ainda com base nos relatórios da unidade de auditoria interna, sem ressalvas, da auditoria independente Maciel Auditores e Consultores S/S EPP, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase referente às notas explicativas de número 18, que tratam de pedidos de ressarcimento de PIS/COFINS no montante de aproximadamente R\$ 196 milhões, julgados improcedentes pelo CARF, e ênfase em relação às notas explicativas de número 19 que tratam da continuidade operacional da empresa, os membros do Conselho Fiscal são da opinião de que as demonstrações contábeis acima mencionadas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB e estão em condições de serem submetidas à Assembléia Geral.

Adicionalmente, manifestam-se favoravelmente à aprovação das propostas da destinação do resultado do exercício de 2016, inclusive em relação à retenção de lucros. Nos termos do voto CA/CMB/007/2017, e do orçamento de capital para 2017.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

Fábio Franco Barbosa Fernandes  
Presidente

Mauro lunes Okamoto  
Conselheiro

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles  
Conselheiro

**APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 10/03/2017, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta do “Relatório de Administração do exercício 2016”, na forma do Voto/CA/CMB nº 005/2017, de 10/03/2017, e Ata da 243ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

Júlio Alexandre Menezes da Silva  
Presidente

Alexandre Borges Cabral  
Presidente da CMB

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira  
Conselheira

Luiz Edson Feltrim  
Conselheiro

Bruno César de Almeida Brabo  
Conselheiro

**APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS**

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 10/03/2017, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta das “Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas – Exercício 2016”, na forma do Voto/CA/CMB nº 006/2017, de 10/03/2017, e Ata da 243ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

Júlio Alexandre Menezes da Silva  
Presidente

Alexandre Borges Cabral  
Presidente da CMB

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira  
Conselheira

Luiz Edson Feltrim  
Conselheiro

Bruno César de Almeida Brabo  
Conselheiro